MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

JULHO/2013

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) está obrigado nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN nº 119/2012, da DN nº 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012.

Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão:

- Caixa Econômica Federal – CAIXA (Administradora do FI-FGTS)

São Paulo, 2013

Sumário

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS **5**

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, TABELAS, QUADROS E ANEXOS **7**

1. INTRODUÇÃO **8**

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada 8

1.2. Relatório de Gestão Individual 8

1.3. Estrutura do Relatório 9

1.4. Aplicabilidade 9

1.5. Principais Realizações e Principais Dificuldades do FI-FGTS em 2012 10

1.6. Planos e Projetos para o Exercício de 2013 10

2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE **11**

3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL **12**

4. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO DO FI-FGTS **13**

4.1. Política de Investimento FI-FGTS 13

4.2. Planejamento das Ações 16

4.3. Objetivos Estratégicos 16

4.4. Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos 17

4.5. Execução do Plano de Ações 17

5. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO **18**

5.1. Estrutura de Governança 18

5.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos 19

6. GESTÃO FINANCEIRA DO FI-FGTS **21**

6.1. Desempenho Financeiro em 2012 21

6.2. Indicadores de Desempenho Socioeconômico e o Resultado da Avaliação do Impacto Socioeconômico das Operações do FI-FGTS 25

6.3. Rentabilidade do FI-FGTS 26

7. INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU E ÀS RECOMENDAÇÕES EXARADAS EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DA SFC/CGU **26**

7.1. Deliberações do TCU 26

7.2. Recomendações da SFC/CGU Atendidas no Exercício 27

7.3. Recomendações da SFC/CGU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício 29

8. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, NOTAS EXPLICATIVAS E PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE 30

8.1. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas 30

8.2. Parecer da Auditoria Independente 31

9. RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO IMPACTO SÓCIOECONÔMICO DAS OPERAÇÕES 32

9.1. Número de Operações e Valores Aplicados por Setor Econômico e por Unidades da Federação 32

9.2. Número de Operações e Valores dos Investimentos, dos Recursos Liberados e Aprovados no Exercício em Relação ao Total por Setor Econômico e ao Total por Unidade da Federação 34

9.3. Legislação Pertinente e suas Alterações 36

9.4. Remuneração da Administradora do Fundo 36

9.5. Resultados dos Acompanhamentos, Fiscalizações e Avaliações Realizadas 37

9.6. Relação dos Projetos e Operações no Exercício de 2012, por ordem decrescente de valor investido, até o montante acumulado de 90% do total de recursos aplicados pelo FI-FGTS 38

9.6.1. BNDES 38

9.6.2. OTP 39

9.6.3. SANTO ANTONIO 40

9.6.4. ELDORADO 41

9.6.5. LLX 41

9.6.6. FOZ DO BRASIL 42

9.6.7. NEOENERGIA 43

9.6.8. EEVP 44

9.6.9. USIMINAS 45

9.6.10. ENERGIMP 46

9.6.11. CCR 47

9.6.12. CONE 48

9.6.13. FIP SANEAMENTO 49

9.6.14. LIGHT 50

9.6.15. ALL 51

9.6.16. ALUPAR HOLDING 52

9.6.17. OAS 53

9.6.18. FIDC CEEE 54

9.6.19. HIDROTERMICA ON e PN 55
9.6.20. J. MALUCELLI 56
9.6.21. ALUPAR FERREIRA GOMES 56
9.6.22. MRS 57
9.6.23. VIA RONDON 58
9.6.24. NOVA CIBE ENERGIA 59
9.6.25. MDC PAR 60
9.7. Avaliação Crítica dos Resultados Alcançados (objetivos e metas previstos vs. realizado) . 61
10. CONCLUSÃO 62

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ALL – Empresa América Latina Logística S.A.

BACEN – Banco Central do Brasil

BNDES − Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CA – Conselho de Administração da Caixa

CAIXA – Caixa Econômica Federal

CCFGTS – Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

CEEE GT – Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul

CESB - Companhias Estaduais de Saneamento Básico

CGU – Controladoria Geral da União

CI FI-FGTS – Comitê de Investimentos do FI-FGTS

CMN – Conselho Monetário Nacional

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DF – Demonstrações Financeiras

DN – Decisão Normativa

EEVP - Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.

ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

EPESA - Central Elétrica de Pernambuco S.A

ERB - Energias Renováveis do Brasil S.A

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FIP – Fundo de Investimento em Participação

FIP SANEAMENTO – CAIXA Fundo de Investimento em Participações Saneamento

FI-FGTS - Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

GEAFE – Gerência Nacional de Gestão de Fundos Estruturados

GEAJU – Gerência Nacional de Atendimento Jurídico

GECTI – Gerência Nacional de Captação de Recursos de TI

GEDEF – Gerência Nacional de Desenvolvimento de Fundos Estruturados

GEPAD – Gerência Nacional de Padronização e Normas Técnicas

GEPES – Gerência Nacional de Administração do Quadro de Pessoas

IN – Instrução Normativa

IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física

JME – J. Malucelli Energia

MESA – Madeira Energia

MRS – Empresa MRS Logística S.A.

NS – Norma Setorial

OTP – Odebrecht Transport S.A.

OTTP – Odebrecht Transport Participações S.A.

PAC − Programa de Aceleração do Crescimento

PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas

PIB – Produto Interno Bruto

PPP – Parceria Público-Privada

REFI – Relatório Final de Investimentos

RG – Relatório de Gestão

ROPI – Relatório de OportunidadePrévia de Investimentos

SAESA – Santo Antônio Energia S.A.

SNSA – Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental

SPE – Sociedade de Propósito Específico

SRFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil

SUFES – Superintendência Nacional de Fundos Especiais

SUFUG – Superintendência Nacional do Fundo de Garantia

SUGTI – Superintendência Nacional de Governança de Tecnologia da Informação

SURIC – Superintendência Nacional de Risco de Crédito

TCU − Tribunal de Contas da União

TESC - Terminal Santa Catarina S.A.

TPF – Título Público Federal

TR – Taxa Referencial

UHE – Usina Hidrelétrica

UJ – Unidade Jurisdicional

UTE – Usina Termelétrica

VITER - Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, TABELAS, QUADROS E ANEXOS

ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Organograma Funcional 13
Ilustração 2 - Distribuição Percentual dos Investimentos do FI-FGTS por Região 34
Ilustração 3 - Geração de empregos por região 35

TABELAS

Tabela 1 - Integralizações FGTS e FI-FGTS 24
Tabela 2 - Recebimentos FI-FGTS 25
Tabela 3 – Operações por instrumento 32
Tabela 4 – Operações por setor 33
Tabela 5 – Operações novas, por setor, em 2012 36

QUADROS

Quadro 1 - A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual 8
Quadro 2 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ 20
Quadro 3 - A.10.3 – Relatório de cumprimento das recomendações da CGU 27
Quadro 4 - A.10.3 – Relatório de cumprimento das recomendações da CGU 28
Quadro 5 - A.10.4 – Informações sobre recomendação da CGU pendente de atendimento no final do exercício de referência 29

ANEXOS

Anexo I - Parecer Auditoria Independente e Demonstrações Financeiras FI-FGTS 2012 63
Anexo II - Indicadores Econômicos e Sociais 106
Anexo III - Resolução CCFGTS nº 721 de 02 de julho de 2013 110

1. INTRODUÇÃO

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Trabalho e Emprego			**Código SIORG**: Não se aplica
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço			
Denominação Abreviada: FI-FGTS			
Código SIORG: Não se aplica	**Código LOA:** Não se aplica		**Código SIAFI:** Não se aplica
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Clube/Fundo de Investimento			**CNPJ:** 09.234.078/0001-45
Principal Atividade: Fundos de investimentos, exceto previdenciários e imobiliários			**Código CNAE:** 64.70-1-01
Telefones/Fax de contato:	(11) 3555-6350	(011) 3555-6378	Não se aplica
Endereço Eletrônico: viter@caixa.gov.br, sufes@caixa.gov.br, geafe@caixa.gov.br			
Página na Internet: http://www.fgts.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Paulista, 2300, 11º andar – Cerqueira César – São Paulo – SP – CEP 01310.300			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007; Regulamento do FI-FGTS, aprovado pela Resolução/CCFGTS nº 553 de 20 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução/CCFGTS nº 705 de 31 de outubro de 2012.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica.	Não se aplica.		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica.	Não se aplica.		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica.		Não se aplica.	

1.2. Relatório de Gestão Individual

Conforme o Artigo 5º da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, os relatórios de gestão e os processos de contas constituídos pelo TCU serão organizados de acordo com a seguinte classificação:

"I. Individual, quando envolverem uma única unidade jurisdicionada;"

Dessa forma, o Anexo I da Decisão Normativa TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012, estabelece que o FI-FGTS deverá apresentar Relatório de Gestão Individual.

O RG do FI-FGTS tinha como data limite de apresentação ao TCU 31 de maio de 2013, conforme estabelecido DN/TCU nº 119/2012, em seu Anexo I. Em 2012, por meio do Acórdão TCU nº 2.526/2012 – Plenário, Sessão Ordinária de 19 de setembro de 2012, Ata nº 37/2012, o Tribunal, em atenção aos termos do Ofício nº 221/2012 – SECCFGTS, de 30 de julho de 2012, deferiu, em caráter excepcional, prorrogação do prazo de entrega do RG de 2012 para 31 de julho de 2013, determinando à Secretaria Geral de Controle Externo que avaliasse a conveniência e a oportunidade de que essa última data fosse em definitivo para os exercícios subsequentes.

Diante disso, consta da Decisão Normativa TCU nº 127, de 15 de maio de 2013, em seu Anexo I, que a entrega do RG de 2013 do FI-FGTS tem como data limite 31 de julho de 2014, o que demonstra que o dia 31 de julho de cada ano fora adotado pelo Tribunal em definitivo como data limite para entrega do RG dos exercícios futuros.

1.3. Estrutura do Relatório

Este Relatório de Gestão tem como objetivo apresentar os resultados da administração e gestão do FI-FGTS e está estruturado conforme a IN/TCU nº 63/2010, a DN/TCU nº 119/2012 e anexos, a Decisão Normativa TCU nº 121, de 13 de junho de 2012 e a Portaria TCU nº 150, de 3 de julho de 2012.

A sequência de informações desse relatório foi elaborada de acordo com as referidas normas e o conteúdo abordará as principais informações sobre a atuação do FI-FGTS, a finalidade e competência institucional, o organograma funcional e as informações sobre o planejamento de ações e metas e sua execução.

Além disso, foram apresentadas as estruturas de governança e de controle da gestão, as informações sobre a gestão financeira, as deliberações da CGU bem como demonstrações contábeis.

Por fim, serão apresentadas as informações sobre o resultado da avaliação do impacto socioeconômico das operações e a conclusão do presente Relatório.

1.4. Aplicabilidade

O Anexo II da DN/TCU nº 119/2012, **Parte A – Conteúdo Geral**, dispõe no "Quadro A1 – Relacionamento entre as Unidades Jurisdicionadas e os conteúdos gerais dos Relatórios de Gestão" quais os itens da norma que se aplicam ao FI-FGTS:

"f) Fundos constitucionais e de investimentos, incluindo os órgãos e entidades supervisores ou gestores e os bancos operadores desses fundos": devem apresentar as informações dos itens 1.1; 1.2; 1.3; 2.1; 2.2; 2.3; 3.1; 3.2; 4.1; 4.2; 4.3; 5.2; 10.1; 11.3; 11.6; e 12.1.

Dentre esses itens, não se aplicam ao FI-FGTS os seguintes itens:

a) Itens 4.1, 4.2 e 4.3 - não há aplicação desse item ao FI-FGTS, pois este foi criado no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como mecanismo de utilização dos recursos do FGTS, porém não há vinculação a nenhum programa específico do Governo, tampouco ao Plano Plurianual; e

b) Item 5.2 - não há ocorrência deste item no FI-FGTS, vez que o Fundo não está sujeito à legislação que rege a execução orçamentária e financeira da administração pública.

O Anexo II da DN/TCU nº 119/2012, **Parte B - Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades afins,** dispõe ainda que o FI-FGTS como fundo de investimento, deverá apresentar as informações do item 35. Essas informações constam do item 9 deste Relatório de Gestão.

1.5. Principais Realizações e Principais Dificuldades do FI-FGTS em 2012

Considerando o desenvolvimento dos setores de infraestrutura em consonância com importantes programas socioeconômicos, podem-se destacar algumas das principais realizações do FI-FGTS em 2012.

O FI-FGTS realizou sete novos investimentos em 2012, por meio de instrumentos de dívida, totalizando o montante integralizado de R$ 3,69 bilhões, os quais serão descritos detalhadamente no item "Resultado da avaliação do impacto socioeconômico das operações do FI-FGTS", do presente Relatório.

Além da realização dos novos investimentos, em 2012 foram implementados novos procedimentos de acompanhamento das empresas investidas e controle da gestão, o que possibilitou o aprimoramento do controle sobre os investimentos.

No tocante às dificuldades enfrentadas pelo FI-FGTS no exercício de 2012 podemos citar as seguintes: identificar projetos nos setores de saneamento com o perfil adequado para o FIP Saneamento e a queda na estrutura a termo da taxa de juros tornando outras formas de financiamento para projetos de infraestrutura mais competitivas.

1.6. Planos e Projetos para o Exercício de 2013

Dentre os planos para o exercício de 2013 destacam-se:

- Continuidade dos investimentos em projetos de infraestrutura nos setores previstos no Regulamento, com destaque para saneamento, energia e projetos de logística nos

setores de rodovia, ferrovia, hidrovia, porto e infraestrutura complementar a estes setores.

- Realização de novos investimentos por meio de aquisição de cotas de fundos de investimentos, dentro dos limites estabelecidos no Regulamento do FI-FGTS, que prevejam em sua política a realização de investimentos em infraestrutura, desde que os recursos sejam utilizados nos setores alvo do FI-FGTS;

- Manutenção e aprimoramento da rotina de acompanhamento dos investimentos, por meio de visitas às obras dos projetos/empreendimentos investidos, acompanhando a evolução conforme cronogramas estabelecidos;

- Manutenção e aprimoramento dos controles e procedimentos de mensuração dos resultados socioeconômicos dos projetos;

- Dar continuidade aos programas de incentivo para o aumento da capacidade técnica da equipe, por meio de bolsas de estudos de pós-graduação para os profissionais responsáveis pelas atividades de estruturação das operações e de gestão do FI-FGTS.

Para o exercício de 2013 ainda estão previstos novos investimentos, sendo que até dezembro de 2012 estavam em análise de oportunidade prévia de investimento diversos projetos dos seguintes segmentos: energia, porto, saneamento, rodovia, ferrovia; de infraestrutura complementar a portos e ferrovias; e multimodal compreendendo os setores de ferrovia, rodovia e hidrovia.

Cumpre destacar que os novos programas de concessões lançados em 2012 pelo governo federal com o intuito de ampliar a oferta de infraestrutura de transportes do país representará novas oportunidades de investimento com impactos econômicos e sociais, o que se alinha com os objetivos do FI-FGTS.

Além destes, outras oportunidades surgirão por meio da aquisição de debêntures de infraestrutura emitidas sob o benefício da Lei 12.431, de 24 de junho de 2011, que contribuirá para ampliar a oferta de emissões cujos recursos captados serão destinados a investimentos em infraestrutura com benefício tributário para o investidor.

2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

O FI-FGTS tem por finalidade investir em ativos de infraestrutura no Brasil, visando promover o desenvolvimento do país, por meio da ampliação da capacidade instalada dos setores de rodovia, ferrovia, hidrovia, porto, saneamento e energia, conforme seu Regulamento.

O FI-FGTS não se caracteriza como órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo. Trata-se de um fundo de investimento que não dispõe de personalidade jurídica e de estrutura administrativa e operacional próprias, ficando suas atividades relativas à administração e gestão de recursos, conforme previsão legal, a cargo da Caixa Econômica Federal.

A Lei nº 11.491/2007, estabeleceu que a CAIXA será responsável pela gestão e administração do patrimônio do FI-FGTS, além de representá-lo judicial e extrajudicialmente.

O objetivo do FI-FGTS é proporcionar a valorização das cotas, por meio da aplicação de seus recursos na construção, na reforma, na ampliação ou na implantação de projetos de infraestrutura nos setores de rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia e saneamento, e empreendimentos complementares a estes, conforme previsto em seu Regulamento. O Fundo também poderá participar de projetos contratados sob a forma de parcerias público-privadas (PPP), desde que atendidas às condições estabelecidas no Regulamento.

O FI-FGTS recebe aplicações de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e está autorizado pela Resolução/CCFGTS nº 617, de 15 de dezembro de 2009, a receber recursos do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS, o qual atualmente encontra-se em fase de negociação junto à CVM com vistas a otimizar o processo de estruturação endereçando com tempestividade os assuntos pertinentes. Em 9 de dezembro de 2012, a VITER esteve em reunião com a CVM, onde foi reforçada a importância da criação do FIC para o FI-FGTS, apresentada sua relevância para os trabalhadores, bem como ressaltada a necessidade da CVM de retomar os trabalhos para que o mesmo seja viabilizado no decorrer de 2013. A Comissão entendeu a relevância do assunto e designou equipes para trabalhar junto à VITER com a finalidade de viabilizar o FIC.

No dia 25 de janeiro de 2013, o Gestor do FI-FGTS esteve em reunião com a equipe técnica da CVM para discutir os principais pontos para a constituição do FIC FI-FGTS, de modo a garantir a proteção dos direitos dos eventuais cotistas (trabalhadores) do FIC diante da preocupação da CVM com a estrutura do FIC. Desta forma, no transcorrer de 2013, serão discutidas as melhores estruturas de precificação, governança e liquidez das cotas do FIC FI-FGTS.

Destaca-se que, pelo fato do FI-FGTS realizar investimentos nos setores-alvo por meio de instrumentos de dívida e de participação societária, conforme dispõe a política de investimentos contida em seu Regulamento, este não se enquadra como um Agente Financiador ou Ente Creditício, mas sim como um Agente Investidor que se sujeita às regras de mercado impostas pela CVM.

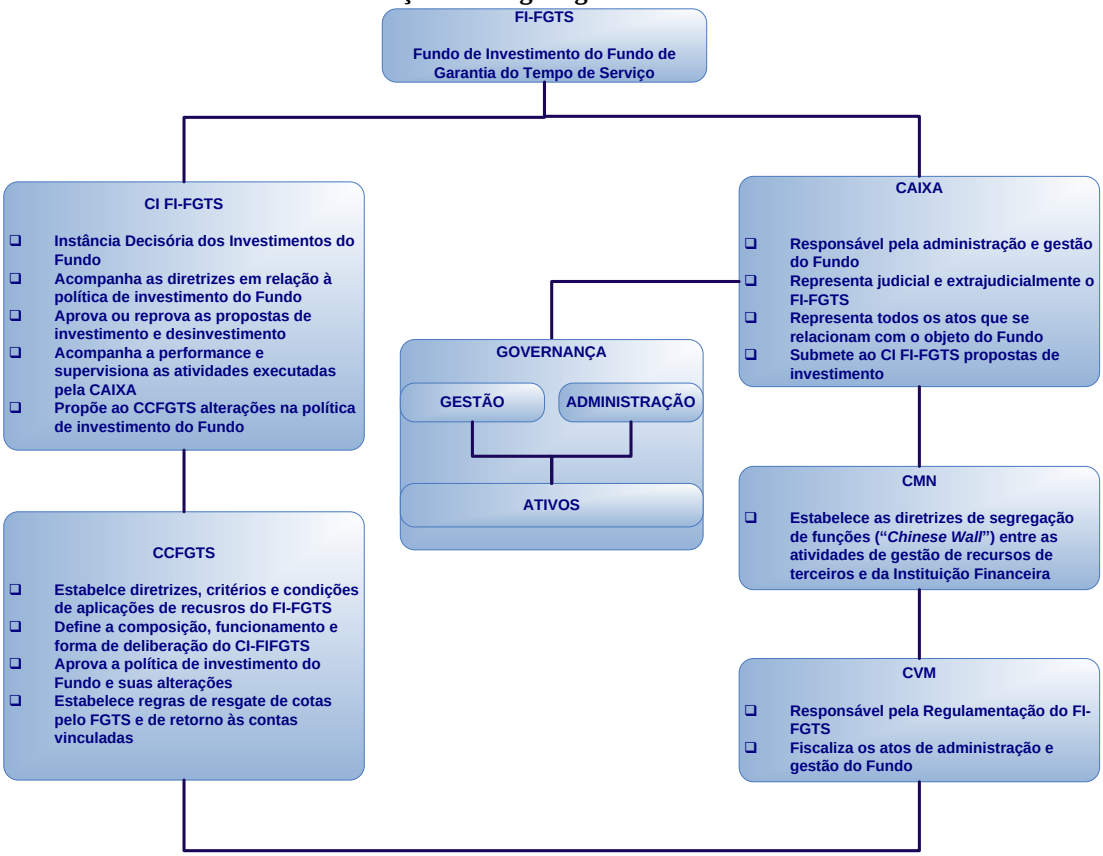
3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

O FI-FGTS é um fundo de natureza privada, criado por meio de Lei, regido por seu Regulamento, e segue os preceitos definidos por dois órgãos colegiados de caráter deliberativo, a saber: (i) Conselho Curador do FGTS e (ii) Comitê de Investimentos do FI-FGTS.

A CAIXA é responsável pela gestão e pela administração do FI-FGTS que é disciplinado e fiscalizado pela CVM, e que observa as diretrizes do CMN no tocante ao *Chinese Wall*[1] e, por isso, é administrado e gerido pela VITER - área de administração e gestão de recursos de terceiros da CAIXA.

[1] A Resolução/Conselho Monetário Nacional nº 2.486, de 30 de abril de 1998, estabeleceu a segregação da administração de recursos de terceiros das demais atividades da instituição.

Ilustração 1 – Organograma Funcional



4. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO DO FI-FGTS

4.1. Política de Investimento FI-FGTS

Conforme disposto em seu Regulamento, o FI-FGTS tem a finalidade de investir em construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos em infraestrutura nos setores de: rodovia, porto, hidrovia, ferrovia, energia e saneamento, bem como em empreendimentos complementares (terminais e armazéns de carga) aos setores de rodovia, ferrovia, porto e hidrovia.

Sua política de investimento, também prevista no Regulamento, estabelece diretrizes e prevê limites de diversificação por setores, por emissores, por empreendimento e por ativos financeiros, conforme o disposto a seguir:

- O limite de concentração por setor será de até 40% do valor total comprometido[2] do FI-FGTS.

[2] Valor Total Comprometido – é o somatório do Valor Total Subscrito com os valores resultantes de amortizações, desinvestimentos, juros, multas, dividendos e/ou prêmios por resgate antecipado, apurados ao final de cada exercício fiscal e apresentados no Relatório de Gestão do FI-FGTS.

- A exigência mínima de capital do próprio empreendedor será de 10% do valor total do empreendimento.

- Na categoria ativos financeiros e/ou participações, o FI-FGTS pode realizar investimentos nas seguintes modalidades:

a) Instrumentos de participação societária;
b) Debêntures, notas promissórias e outros instrumentos de dívida corporativa;
c) Cotas de fundo de investimento imobiliário;
d) Cotas de fundo de investimento em direitos creditórios;
e) Cotas de fundo de investimento em participações;
f) Certificados de recebíveis imobiliários;
g) Contratos derivativos; e
h) Títulos públicos federais.

- Os limites de composição e diversificação por classe de ativos são:

a) até 50% do valor total comprometido do FI-FGTS em ativos que representem participação, sendo que deste total:

i) até 100% em Instrumentos de Participação Societária;
ii) até 50% em cotas de Fundos de Investimento em Participações;
iii)até 25% em cotas de Fundos de Investimento Imobiliário.

b) até 100% do valor total comprometido do FI-FGTS em ativos que representem Instrumentos de Dívida, sendo que deste total:

i) até 100% em debêntures, notas promissórias e outros Instrumentos de dívida corporativa;
ii) até 50% em cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados;
iii)até 25% em Certificados de Recebíveis Imobiliários.

- A participação em cada Instrumento de Participação Societária não poderá representar mais do que 20% do valor total comprometido do FI-FGTS;

- A aquisição de Instrumentos de Dívida de um único emissor não poderá representar mais do que 20% do valor total comprometido do FI-FGTS.

- A aquisição de cotas de um único Fundo de Investimento Imobiliário ou Fundo de Investimento em Participações não poderá representar mais do que 10% do valor total comprometido do FI-FGTS.

- A aplicação em ativos financeiros de responsabilidade da Administradora, ou de empresa ligada, será de até 100% do valor total comprometido, observados os limites aplicáveis a cada classe de ativos e a cada ativo individualmente.

- A aplicação em debêntures simples de emissão do BNDES ou de suas subsidiárias, emitidas especialmente, até o limite de R$ 7,0 bilhões, não se sujeitam aos parâmetros, limites estabelecidos no parágrafo sexto do artigo 6º, no artigo 10 e seus parágrafos 1º a 7º, no artigo 11 e no artigo 12 do Regulamento.

- A Resolução/CCFGTS nº 698, de 28 de agosto de 2012 autorizou o reinvestimento, em novos projetos, do valor de R$ 4,4 bilhões de recursos do FI-FGTS que foram objeto de desinvestimentos e retorno das aplicações realizadas até 29 de maio de 2012.

Os investimentos, tanto em dívida, como em instrumentos de participação societária, exigem que as demonstrações contábeis anuais das sociedades sejam auditadas por auditor independente registrado e autorizado pela CVM para realizar tal serviço.

Não obstante, os investimentos em dívida deverão contar com garantias tais como penhor das ações, fiança bancária, aval ou fiança dos sócios, recebíveis, contratos de fornecimento garantido, ativos do empreendimento ou outras a serem negociadas, de forma a mitigar o risco da operação.

Exige-se também que as operações de dívida sejam analisadas por agência classificadora de risco internacional com representação no Brasil e classificadas com *rating* mínimo, emitido por tais agências, equivalente a grau de investimento em escala nacional.

As disponibilidades do FI-FGTS são aplicadas em Títulos Públicos Federais (TPF) e/ou em operações compromissadas lastreadas em TPF.

Há dispositivos no Regulamento que preveem que as aplicações em empreendimentos controlados pelo mesmo grupo econômico não poderão exceder 30% do valor total comprometido do FI-FGTS.

Em adição, existem vedações para o FI-FGTS realizar qualquer operação que caracterize repasse de recursos a instituições financeiras e bancos de desenvolvimento. O repasse, conforme o parágrafo único, do artigo 12, do Regulamento do FI-FGTS, consiste nas operações cujo tomador do recurso responda pelo risco perante o FI-FGTS e se utilize do recurso para operações de financiamento, o que não se aplica às debêntures do BNDES.

Para garantir a reciprocidade do empreendedor, o percentual máximo para alocação de recursos do FI-FGTS em Instrumentos de Dívida de um mesmo projeto é de até 90%, sendo certo que os sócios-investidores deverão aportar capital equivalente a, no mínimo, 10% dos recursos a serem destinados a cada empreendimento.

Por fim, quaisquer títulos, valores mobiliários e operações no mercado de derivativos, bem como outros ativos financeiros integrantes da carteira do FI-FGTS, devem estar devidamente custodiados, registrados em contas de depósitos específicas, abertas diretamente em

nome do FI-FGTS, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN ou em instituições autorizadas à prestação de serviços de custódia pela CVM.

4.2. Planejamento das Ações

Para o exercício de 2012 foram previstas diversas ações voltadas para realização de investimentos em infraestrutura como forma de contribuir para o suprimento das demandas existentes, com ênfase nos seguintes aspectos:

- Continuidade dos investimentos em projetos de infraestrutura nos setores previstos no Regulamento;

- Realização de novos investimentos por meio do FIP Saneamento;

- Manutenção da rotina de acompanhamento dos investimentos, por meio de visitas às obras dos projetos/empreendimentos investidos, acompanhando a sua evolução e o cumprimento dos prazos estabelecidos;

- Aprimoramento dos controles e procedimentos de mensuração dos resultados socioeconômicos dos projetos;

- Aprimoramento dos procedimentos de acompanhamento das empresas investidas, possibilitando mais controle sobre os investimentos e criando modelos a serem utilizados para veicular a informação às áreas externas;

- Aprimoramento dos sistemas de dados e informações por meio de sistemas de controle, com a finalidade de conferir mais precisão e confiabilidade aos dados, promover a eficiência operacional e a aderência às políticas administrativas recomendadas, além de melhorar o acompanhamento dos resultados.

4.3. Objetivos Estratégicos

Conforme seu Regulamento, o FI-FGTS tem por objetivo o investimento na construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos em infraestrutura dos setores de rodovias, ferrovias, portos, hidrovias, energia e saneamento.

Dada a natureza dos recursos utilizados para a criação do FI-FGTS, outro aspecto considerado relevante para as decisões de investimento do Gestor são os benefícios que os projetos avaliados poderão trazer, como, por exemplo, a sua contribuição para a geração de empregos, a capacidade de fomento da economia no longo prazo, além da possibilidade de melhoria da competitividade nacional e qualidade de vida da população.

Desta maneira, nos projetos investidos pelo FI-FGTS também são levados em consideração: a quantidade de energia a ser gerada, distribuída ou transportada em relação à capacidade instalada existente; o volume de carga transportada, movimentada e/ou armazenada

comparativamente ao volume de carga transportada em ferrovias no país, a malha rodoviária pavimentada atendida comparativamente à malha rodoviária nacional, a população beneficiada, bem como a quantidade de empregos que serão gerados com a implantação de tais empreendimentos.

Nesse contexto, manteve-se o ano de 2012 a estratégia de atuação dos exercícios anteriores para, consubstanciada em decisões voltadas à aplicação de recursos para atendimento das necessidades de crescimento da economia brasileira e foco no retorno social.

4.4. Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Diante da necessidade de se atuar com maior eficiência na gestão dos recursos dos trabalhadores, tanto em razão das sociedades investidas, como em função dos investimentos a serem realizados, em 2012 as seguintes medidas foram adotadas:

- Manutenção e aprimoramento da equipe para realizar a gestão do fluxo da informação viabilizando o atendimento tempestivo às demandas advindas de agentes de controle e/ou fiscalizadores, com o objetivo de controlar, padronizar e agilizar a prestação das informações;
- Aprimorar, em decorrência da mudança nas condições macroeconômicas, as estruturas dos instrumentos utilizados, com vistas a viabilizar os investimentos em projetos que atendam a política de investimento do Fundo;
- Adotar ações com objetivo de fomentar a prospecção de oportunidades de investimento;
- Organizar e participar de eventos para divulgação dos veículos de investimento do FI-FGTS;
- Foram concedidas bolsas de estudos de pós-graduação para os profissionais responsáveis pelas atividades de estruturação das operações e de gestão do FI-FGTS, contribuindo para o aumento da capacidade técnica e de análise dos profissionais.

4.5. Execução do Plano de Ações

Em continuidade à política do FI-FGTS de atuar de modo eficaz para reduzir os gargalos de infraestrutura do país, em 2012 o FI-FGTS realizou novos investimentos que totalizaram R$ 3,69 bilhões, integralizados nos setores de energia, rodovia, hidrovia, ferrovia, porto e saneamento.

A decisão de realizar tais investimentos foi baseada na necessidade de aumento da capacidade de infraestrutura geral para atender ao futuro crescimento econômico do país, levando-se em consideração também os benefícios socioeconômicos e a redução dos impactos sobre o meio ambiente.

Do total desembolsado pelo FI-FGTS em 2012, foram destinados R$ 1,45 bilhão para o setor de energia, nos subsetores de distribuição e geração de energia renovável, que contribuirão, tanto para adicionar 2.310 MW à capacidade de geração do país nos próximos anos, como também para distribuir a energia produzida de forma eficiente aos grandes centros consumidores.

Para o setor portuário foram direcionados R$ 878,3 milhões em projetos com capacidade para movimentar até 350 milhões de toneladas de carga por ano, entre exportações e importações, em complexos portuários que poderão agregar diversos empreendimentos complementares em um mesmo local, como, por exemplo, mineradoras, siderúrgicas, usinas de geração de energia, empresas de construção naval, dentre outros, que estarão interconectados com fornecedores de matérias-primas e com seus potenciais clientes por meio da conexão de diferentes modais como ferrovia, rodovia e o próprio porto.

No setor rodoviário, o FI-FGTS destinou R$ 650,7 milhões para ampliação, duplicação, recuperação e melhoras de 417 km de pistas, integrando áreas produtoras de bens industrializados e de intensa produção agropecuária do interior do Mato Grosso do Sul e do interior de São Paulo a outras rodovias com acesso a portos, contribuindo para melhoria das condições de escoamento da produção nestas zonas produtoras para áreas consumidoras e ou exportadoras.

Outro relevante investimento foi para a área de saneamento, para a qual o FI-FGTS destinou R$ 340,3 milhões investidos no tratamento de resíduos industriais que impedirão que os despejos industriais sejam lançados no meio ambiente sem tratamento, o que causaria elevada poluição orgânica. Neste projeto, a água utilizada no processo produtivo do complexo industrial será devolvida limpa ao rio de onde é retirada, proporcionando grande benefício ao meio ambiente e às populações estabelecidas próximas do rio como a manutenção da água em condições apropriadas ao consumo e à atividade pesqueira, bem como economia da água potável visto que a unidade industrial não sobrecarrega a produção destinada ao abastecimento público.

Foram investidos ainda R$ 284,3 milhões no setor ferroviário, que permitirá a interligação com os modais portuário e rodoviário para o transporte de carga por mais de 900 km por vias férreas de diferentes concessionárias, permitindo o escoamento da produção destinada à exportação e o recebimento de matéria prima do porto até o produtor no fluxo inverso.

Importante ressaltar que em 2012 foi realizado o primeiro investimento do FI-FGTS no setor de hidrovia. Foram destinados R$ 86,2 milhões para a implantação de terminais hidroviários (complementares ao setor matriz de hidrovia), o que facilitará o escoamento da produção em importante hidrovia, interligada com modais rodoviário e ferroviário.

5. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

5.1. Estrutura de Governança

Para aprovação de um investimento, o processo percorre diversas instâncias internas e externas. Tais instâncias têm caráter deliberativo para dar sequência ao processo de aprovação ou rejeitá-lo em definitivo, baseando-se, para tanto, em critérios técnicos.

Inicialmente, o projeto é recepcionado ou prospectado para estudo de sua viabilidade. Aprovado nesta instância, o projeto evolui para estudos técnicos sendo o Relatório de Oportunidade de Investimento (ROPI) submetido a comitês deliberativos, no âmbito da Administradora, da CAIXA, e do Comitê de Investimento do FI-FGTS, acerca da conveniência do investimento a ser realizado.

Em seguida, com o ROPI aprovado, os estudos e simulações se intensificam, há uma profunda análise de riscos e dos aspectos financeiros, do contexto setorial, e é realizada a avaliação da aderência da operação às práticas de mercado e às métricas estipuladas pelo Regulamento do FI-FGTS. A síntese dos resultados das análises realizadas é apresentada no Relatório Final de Investimento (REFI), que é pautado nos mesmos comitês deliberativos competentes para deliberar o prosseguimento ou a rejeição do projeto.

Caso o REFI seja aprovado pelo Comitê de Investimento do FI-FGTS, a CAIXA está autorizada a realizar o investimento no respectivo projeto, e toma as medidas necessárias para a realização da operação, que incluem (i) fechamento dos instrumentos da operação; (ii) envio de informações aos órgãos externos quando necessário; (iii) atendimento das condições precedentes ao desembolso pela companhia, quando houver, (iv) envio de documentos ao custodiante e (v) solicita a integralização dos recursos na companhia.

5.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Após iniciado o fluxo de desembolsos do projeto, o investimento passa a fazer parte de um portfólio de ativos que permanece sob constante monitoramento, onde uma equipe é especialmente designada para tal finalidade. Existe equipe dedicada para realizar o acompanhamento do projeto, o cumprimento dos prazos com relação à sua execução física, observar o contexto de mercado e seus impactos sobre as empresas investidas, a capacidade da empresa em arcar com o custo da dívida dentre outras funções, sempre resguardando os interesses do FI-FGTS conforme premissas norteadas por seus regimentos.

As atividades da equipe dedicada ao acompanhamento dos projetos são catalogadas sendo possível extrair diversas informações e relatórios que subsidiam o corpo gerencial no processo de tomada de decisão.

Os instrumentos firmados entre o FI-FGTS e as companhias investidas contam, ainda, com obrigações elaboradas para as empresas envolvidas, que estão relacionadas a diversos parâmetros de monitoramento, que tem como objetivo indicar desde sua saúde financeira, a correta mitigação dos riscos inerentes à operação, a evolução de seus cronogramas físico-financeiros, a correta alocação dos recursos segundo os termos acordados nos instrumentos, o monitoramento da estrutura financeira, índices socioeconômico, dentre outros considerados relevantes para o projeto em questão.

O FI-FGTS possui uma série de controles e índices atrelados aos diversos instrumentos que regem a aplicação dos recursos. Diante da necessidade de aperfeiçoamento contínuo dos métodos e componentes de monitoramento pertinentes aos diversos investimentos, o

FI-FGTS mapeia, constantemente, uma gama de aspectos para detecção de pontos de atenção passíveis de evolução.

Dessa forma, apresentam-se tais métricas com o objetivo de subsidiar as decisões a respeito das medidas proativas a serem adotadas, com a finalidade de obter tais aperfeiçoamentos.

Esses aspectos são: Ambiente de Controle, Avaliação de Risco, Procedimentos de Controle, Informação, Comunicação e Monitoramento. Esses itens são avaliados em uma escala de 1 a 5, onde o valor reflete o nível de aplicabilidade de determinado item.

Quadro 2 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Observa-se, portanto, que, os controles apresentam desempenho satisfatório. Entretanto o Gestor observa itens que devem evoluir e incrementar melhorias na gestão dos controles internos. Cabe destacar que as métricas adotadas estão em constante evolução, de forma que, sempre será observado um crescimento contínuo e sustentável das ferramentas de controles internos.

6. GESTÃO FINANCEIRA DO FI-FGTS

6.1. Desempenho Financeiro em 2012

Para a aplicação dos recursos do FI-FGTS, a Lei nº 11.491/2007, estabeleceu que a CAIXA proporá ao Conselho Curador do FGTS a aplicação sucessiva de parcelas adicionais de no máximo R$ 5,0 bilhões cada, até ser atingido o valor limite equivalente a 80% do patrimônio líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro do exercício anterior àquele em que se der a autorização para a integralização das cotas.

O Regulamento do FI-FGTS prevê em seu Artigo 17 que as integralizações adicionais ocorrerão até ser atingido o valor limite de R$ 32,8 bilhões, equivalente a 80% (oitenta

por cento) do patrimônio líquido do FGTS, registrado em 31 de dezembro de 2011, acrescido de R$ 2,0 bilhões destinados à integralização de cotas do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS.

Até o exercício de 2011, o CCFGTS já havia autorizado o aporte de R$ 24,3 bilhões dos quais R$ 17,9 bilhões já haviam sido comprometidos e, para o exercício 2012, R$ 5,0 bilhões adicionais foram autorizados pela Resolução/CCFGTS nº 699, de 28 de agosto de 2012, relativa à sexta parcela de recursos do FGTS para o FI-FGTS.

Tendo em vista o desempenho verificado para o FI-FGTS para o ano de 2012, destaca-se ainda a autorização, por parte do CCFGTS, por meio da Resolução/CCFGTS nº 698/2012, para utilização dos recursos do FI-FGTS que foram objeto de desinvestimentos e retorno das aplicações realizadas até 29 de maio de 2012 para reinvestimento em novos projetos, no valor de R$ 4,4 bilhões, para fazer frente a demanda de projetos investidos para o exercício 2012 e previstos para aprovação.

Com isso, o Valor Total Comprometido com o FI-FGTS totaliza R$ 39,3 bilhões, sendo que destes, R$ 29,3 bilhões estão subscritos e disponíveis para o FI-FGTS.

Atualmente, a carteira do FI-FGTS é composta por 36 projetos distribuídos em 45 operações, sendo que até dezembro de 2012 foi comprometido um total de aproximadamente R$ 25 bilhões em projetos distribuídos por todo território nacional.

Durante o ano de 2012 foram analisados diversos projetos que se enquadraram na política de investimento do FI-FGTS e que estão em linha com os objetivos traçados. Deste modo, além dos desembolsos que totalizaram R$ 3,69 bilhões, ao término do ano, haviam comprometidos por meio de REFI, para realização de investimentos, R$ 3,2 bilhões em novos projetos nos setores de energia, rodovia, hidrovia, ferrovia, porto e saneamento.

Conforme mencionado no item 4.5 deste Relatório, os benefícios previstos com a execução dos investimentos realizados em 2012 contribuirão para a consecução dos objetivos definidos para o Fundo. Os projetos comprometidos para investimento em 31 de dezembro de 2012 nos setores definidos como sendo prioritários para o ano e tem previsão de proporcionar mais de 100.000 empregos diretos e indiretos durante todas as fases do investimento, contando inclusive com a fase de operação.

Existem atualmente cerca de 28 projetos em análise nas áreas, em diferentes estágios de aprovação, que, caso finalizados os processos de estruturação, demandarão investimentos que superam a casa dos R$ 12,3 bilhões em todos os setores permitidos pelo Regulamento do FI-FGTS.

Por fim, cumpre mencionar que, durante o ano de 2012 foram desembolsados recursos remanescentes para os projetos finalizados, em um valor de aproximadamente R$ 4,9 bilhões, em linha com as estruturas previstas para as operações. Tais desembolsos representam liberações de recursos referentes a projetos que já compõem a carteira de investimentos do FI-FGTS, cujas integralizações ocorrem de acordo com o desenvolvimento do Plano de Negócios de cada companhia investida e segundo estrutura prevista nos instrumentos conforme mencionado.

A tabela a seguir expõe todas as integralizações de recursos do FGTS no FI-FGTS e o valor total dos investimentos integralizados pelo FI-FGTS nos projetos aprovados:

Tabela 1 - Integralizações FGTS e FI-FGTS

Mês / Ano	Valor Total Comprometido (Subscrito)	Subscrição Adicional	Desembolsado (FGTS p/ FI-FGTS)	Desembolsado (FI-FGTS p/ Projeto)	
				Investimento	Reinvestimento
07/2008	17.100.801.176,63	5.000.000.000,00	50.000.000,00	-	-
08/2008	17.100.801.176,63	5.000.000.000,00	-	-	-
09/2008	17.100.801.176,63	5.000.000.000,00	500.000.000,00	500.000.000,00	-
10/2008	17.100.801.176,63	5.000.000.000,00	462.500.000,00	462.500.000,00	-
11/2008	17.100.801.176,63	5.000.000.000,00	-	-	-
12/2008	17.100.801.176,63	15.000.000.000,00	8.286.532.320,00	8.286.532.320,00	-
01/2009	17.100.801.176,63	15.000.000.000,00	211.991.800,00	40.991.800,00	-
02/2009	17.100.801.176,63	15.000.000.000,00	52.214.000,00	-	-
03/2009	17.100.801.176,63	15.000.000.000,00	1.700.000.000,00	252.213.634,19	-
04/2009	17.100.801.176,63	15.000.000.000,00	-	1.671.000.000,00	-
05/2009	17.100.801.176,63	15.000.000.000,00	-	-	-
06/2009	17.100.801.176,63	15.000.000.000,00	-	-	-
07/2009	17.100.801.176,63	15.000.000.000,00	-	-	-
08/2009	17.100.801.176,63	15.000.000.000,00	-	-	-
09/2009	17.100.801.176,63	15.000.000.000,00	400.000.000,00	400.000.000,00	-
10/2009	17.100.801.176,63	15.000.000.000,00	650.000.000,00	650.000.000,00	-
11/2009	17.100.801.176,63	15.000.000.000,00	88.000.000,00	-	-
12/2009	24.320.285.669,38	20.000.000.000,00	1.406.331.385,48	214.230.642,50	-
01/2010	24.320.285.669,38	20.000.000.000,00	-	20.000.000,00	-
02/2010	24.320.285.669,38	20.000.000.000,00	-	60.000.000,00	-
03/2010	24.320.285.669,38	20.000.000.000,00	400.000.000,00	40.000.000,00	-
04/2010	24.320.285.669,38	20.000.000.000,00	-	425.800.000,00	-
05/2010	24.320.285.669,38	20.000.000.000,00	-	-	-
06/2010	24.320.285.669,38	20.000.000.000,00	60.000.000,00	363.000.000,00	-
07/2010	24.320.285.669,38	20.000.000.000,00	-	60.000.000,00	-
08/2010	24.320.285.669,38	20.000.000.000,00	600.000.000,00	620.000.000,00	-
09/2010	24.320.285.669,38	20.000.000.000,00	1.800.000.000,00	1.539.400.000,00	-
10/2010	24.320.285.669,38	20.000.000.000,00	-	70.000.000,00	-
11/2010	24.320.285.669,38	20.000.000.000,00	109.000.000,00	41.750.000,00	-
12/2010	26.395.434.667,78	24.300.000.000,00	500.000.000,00	610.800.000,00	-
01/2011	26.395.434.667,78	24.300.000.000,00	-	84.200.000,00	-
02/2011	26.395.434.667,78	24.300.000.000,00	-	750.000,00	-
03/2011	26.395.434.667,78	24.300.000.000,00	200.000.000,00	132.142.980,00	-
04/2011	26.395.434.667,78	24.300.000.000,00	-	-	-
05/2011	26.395.434.667,78	24.300.000.000,00	109.367.762,14	209.367.762,14	-
06/2011	26.395.434.667,78	24.300.000.000,00	-	125.000.000,00	-
07/2011	26.395.434.667,78	24.300.000.000,00	-	97.904.000,00	-
08/2011	26.395.434.667,78	24.300.000.000,00	-	1.510.600,00	-
09/2011	26.395.434.667,78	24.300.000.000,00	-	101.000.000,00	-
10/2011	26.395.434.667,78	24.300.000.000,00	90.000.000,00	70.815.065,09	-
11/2011	26.395.434.667,78	24.300.000.000,00	250.000.000,00	50.000.000,00	-
12/2011	26.395.434.667,78	24.300.000.000,00	-	50.000.000,00	-
01/2012	26.395.434.667,78	24.300.000.000,00	250.000.000,00	284.930.000,00	-
02/2012	26.395.434.667,78	24.300.000.000,00	-	53.307.135,00	-
03/2012	26.395.434.667,78	24.300.000.000,00	-	85.607.929,50	-
04/2012	26.395.434.667,78	24.300.000.000,00	-	-	-
05/2012	26.395.434.667,78	24.300.000.000,00	952.291.295,21	695.956.902,00	-
06/2012	26.395.434.667,78	24.300.000.000,00	334.954.950,00	601.510.600,00	-
07/2012	26.395.434.667,78	24.300.000.000,00	30.607.500,00	34.954.950,00	-
08/2012	39.253.661.265,26	29.300.000.000,00	-	31.857.791,25	-
09/2012	39.253.661.265,26	29.300.000.000,00	1.250.000.000,00	1.250.000.000,00	77.794.397,10
10/2012	39.253.661.265,26	29.300.000.000,00	-	2.500.002,54	-
11/2012	39.253.661.265,26	29.300.000.000,00	940.000.000,00	-	-
12/2012	39.253.661.265,26	29.300.000.000,00	-	940.000.000,00	71.630.326,95
	TOTAIS		**21.683.791.012,83**	**21.231.534.114,21**	**149.424.724,05**

A partir da Resolução/CCFGTS nº 698/2012 ficou estabelecido o capital de reinvestimento no valor total de R$ 4,4 bilhões, formado a partir de amortizações, juros, multas contratuais, dividendos, prêmio e ajuste por resgate antecipado e ganho de capital até 29/05/2012.

Desta forma, é apresentado na tabela abaixo, o saldo remanescente entre o período de 30 de maio de 2012 à 31 de dezembro de 2012:

Tabela 2 - Recebimentos FI-FGTS

DISCRIMINAÇÃO	30/05/2012 À 31/12/2012
Amortização	385.149.947,46
Desinvestimentos	(63.853.498,64)
Ajuste de Desinvestimentos e Amortização	63.853.498,64
SOMA	**385.149.947,46**
Juros	411.415.286,46
Multas Contratuais	-
Dividendos	8.483.987,40
Prêmio e Ajuste por Resgate Antecipado	10.280.774,25
Ganho de Capital	3.520.771,43
SOMA	**433.700.819,54**
TOTAL	**818.850.767,00**

(*) Na Resolução/CCFGTS nº 698/2012 foram alocados os juros das operações liquidadas de Usiminas e CCR somados ao ajuste por resgate antecipado da CCR previsto na escritura. Desta forma, na tabela acima os valores foram realocados para melhor refletir a origem dos recursos.

6.2. Indicadores de Desempenho Socioeconômico e o Resultado da Avaliação do Impacto Socioeconômico das Operações do FI-FGTS

O FI-FGTS utiliza indicadores de desempenho para mensurar os resultados econômicos e sociais alcançados na gestão do Fundo.

As notas explicativas consignadas no Anexo II apresentam as particularidades dos dados coletados junto as companhias investidas bem como as fontes de dados nacionais utilizadas para comparativo.

Assim, após a construção dos indicadores de desempenho, os instrumentos de mensuração econômica e social da gestão do FI-FGTS foram consolidados com dados de 2011 e 2012.

6.3. Rentabilidade do FI-FGTS

Em 2012 a rentabilidade líquida das cotas do FI-FGTS foi de 7,22%, correspondente a TR + 6,91% a.a.

O Fundo investe em empresas de capital fechado, cujas ações, em sua maioria, não são cotadas em bolsa de valores nem negociadas de forma frequente em mercados organizados. Tais investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, ajustado por provisão para perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Dessa forma, o valor de tais investimentos poderá vir a ser significativamente diferente quando da sua efetiva realização financeira, com a consequente repercussão no valor da cota do Fundo.

No caso do FI-FGTS as operações de participação acionária, mesmo quando sintetizam retornos de renda fixa ("grande parte das operações com *PUT*, *CALL* e Ações preferenciais resgatáveis"), são contabilizadas, em atendimento as exigências contábeis aplicadas ao Fundo, por seu valor histórico, aplicando-se a equivalência patrimonial atualizada com base nas demonstrações financeiras da respectiva investida e realizando o teste de valor recuperável do ativo sempre que elaboradas as Demonstrações Financeiras anuais.

Destaca-se que o FI-FGTS é um fundo de investimento, com resolução emanada pela CVM e que se espelha a um FIP. Em seu mandato, o FI-FGTS estabelece um horizonte de longo prazo de maturação para seus ativos, com o retorno oriundo de investimentos em infraestrutura.

Além do escopo da Política de Investimento do FI-FGTS, destacamos que a mensuração de sua rentabilidade, tal qual um FIP, deve ser realizada quando do desinvestimento dos ativos, momento no qual o recurso aportado pelo cotista retornará corrigido pelo ganho/perda de capital do período, desta forma, considerando que parte relevante da carteira é formada por participações acionárias e que tais ativos, por princípio de conservadorismo, são contabilizados a valor histórico, avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial e ajustados por provisão para perdas por redução ao valor recuperável, a Carteira do FI-FGTS não reflete, contabilmente, a expectativa de retorno do Gestor para os investimentos.

Tais aspectos contábeis, inclusive as questões relativas ao Método de Equivalência Patrimonial, foram elaborados pelos administradores e o custodiante do Fundo, instituição externa à CAIXA, validados pela Auditoria Independente, que atendem a regulamentação aprovada pela CVM e são práticas predominantes no mercado de Fundos de Investimento.

7. INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU E ÀS RECOMENDAÇÕES EXARADAS EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DA SFC/CGU

7.1. Deliberações do TCU

No exercício de 2012, não houve recebimento de deliberações do TCU para atendimento, não restando também pendências de deliberações de exercícios anteriores.

7.2. Recomendações da SFC/CGU Atendidas no Exercício

Quadro 3 - A.10.3 – Relatório de cumprimento das recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
FI-FGTS			não se aplica
Recomendações da CGU			
Recomendações Expedidas pelo CGU			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
RA Anual de Contas do FGTS	201110945	1.1.2.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
FI-FGTS			não se aplica
Descrição da Recomendação			
Implementar política preventiva de substituição periódica dos representantes da CAIXA no Conselho Curador do FGTS, no Grupo de Apoio ao Conselho e mesmo dos cedidos a órgãos que possuem relação com as deliberações do Conselho Curador, assim como dos funcionários lotados nas áreas próprias da CAIXA responsáveis pela análise de investimentos do FGTS – especialmente VICOR e VITER.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
VITER			não se aplica
Síntese da Providência Adotada			
Passou a ser exigido das empresas que venham a receber recursos, declaração atestando que nos quadros de sócios e dirigentes da própria empresa, bem como nos quadros de sócios e dirigentes das empresas contratadas para a assessoria e trabalhos independentes utilizados na estrutura da operação, não existem membros ou empregados do Conselho Curador do FGTS e/ou da CAIXA, que possuam participação direta no processo de estruturação e deliberação das operações. Tal declaração também atesta que os sócios e dirigentes não guardam relação familiar com membros ou empregados do Conselho Curador do FGTS e/ou da CAIXA, que possuam participação direta no processo de estruturação e deliberação das operações. Com objetivo de mitigar e eliminar eventuais situações que apresentem riscos de conflito de interesses real ou potencial por parte dos empregados envolvidos no processo de análise e seleção das operações, o Vice Presidente da VITER baixou a OS VITER 01/2012, determinando que é vedado aos empregados lotados na VITER, e nas unidades vinculadas, ter participação societária em empresas que tenham como objetivo serviço ou produto ligados ao mercado financeiro ou prestar serviços de consultorias em atividades correlatas ao mercado financeiro, que gerem conflitos ou potenciais conflitos de interesse.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O Código de Conduta da VITER foi alterado para contemplar a política adotada para evitar a atuação conflituosa dos envolvidos no processo de estruturação e deliberação das operações com recursos do FGTS.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Foi estabelecido regramento formal para aprimorar os controles internos para evitar situações que permitam a ocorrência de conflito de interesse.			

Quadro 4 - A.10.3 – Relatório de cumprimento das recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
FI-FGTS			não se aplica
Recomendações da CGU			
Recomendações Expedidas pelo CGU			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
RA Anual de Contas do FGTS	201110945	1.1.2.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
FI-FGTS			não se aplica
Descrição da Recomendação			
Estabelecer limitação de um mesmo Conselheiro para mais de um conselho, pois tal atuação pode comprometer o sigilo das futuras operações das investidas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
VITER			não se aplica
Síntese da Providência Adotada			
Não se aplica.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A atual Política de Nomeação já atende esta recomendação, sendo que cada conselheiro poderá participar, como titular, de no máximo 03 (três) Conselhos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As atividades realizadas no âmbito da VITER permanecem em conformidade com as normas estabelecidas.			

7.3. Recomendações da SFC/CGU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 5 - A.10.4 – Informações sobre recomendação da CGU pendente de atendimento no final do exercício de referência

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
FI-FGTS			não se aplica
Recomendações da CGU			
Recomendações Expedidas pelo CGU			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
RA Anual de Contas do FGTS	201110945	1.1.2.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
FI-FGTS			não se aplica
Descrição da Recomendação			
Revisar a norma que estabelece a participação de empregados e dirigentes da CAIXA nos Conselhos de Administração das empresas adquiridas pelo FI-FGTS, disciplinando no sentido de não haver a seleção de empregados que possam ter participado da tomada de decisão em relação à aquisição ou manutenção dos investimentos do FI-FGTS, em especial, aos integrantes da Área de Avaliação de Risco, da Área de Gestão de Ativos de Terceiros e do Comitê de Investimento do FI-FGTS. Estabelecer normativo limitando a remuneração máxima a ser percebida pelos Conselheiros, definindo destinação aos valores que superam tal limite.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
VITER			não se aplica
Síntese da Providência Adotada			
Foram contatados diversos agentes do mercado, de forma a verificar quais poderiam atender as necessidades de adaptação à Política de Nomeação. No entanto, as empresas relataram dificuldades na formatação de um serviço que atenda os apontamentos realizados, já que os trabalhos tendem a se concentrar na Governança Corporativa das empresas investidas e nos direitos econômicos que os investidores demandam das companhias, sendo que não existem trabalhos direcionados para a seleção dos membros que venham a ser indicados pelos investidores. Neste contexto, aprofundamos as discussões com as empresas que demonstraram flexibilidade para adaptar seus trabalhos com vistas a atender às recomendações da auditoria.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A proposta comercial recebida apresentou um dispêndio superior ao que seria esperado para o objeto do serviço, que também apresentou-se extensiva ao tema de governança corporativa para atendimento às demandas de Auditoria, pelo que o gestor solicitou cotações a outras empresas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A CAIXA adotou todas as ações que lhe cabiam e que o escopo da solicitação se mostrou distinto dos serviços ofertados pelas empresas especializadas, o que acarretou no prolongamento das discussões.			

8. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, NOTAS EXPLICATIVAS E PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE

8.1. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

As demonstrações contábeis do FI-FGTS (ANEXO I) apresentam a posição patrimonial e financeira do Fundo em 31 de dezembro de 2012, os resultados das operações, as mutações do patrimônio líquido e o fluxo de caixa do exercício findo na referida data.

Nessas demonstrações contábeis destacam-se adiante os aspectos relevantes da situação patrimonial e financeira e dos resultados do FI-FGTS no exercício de 2012.

O ativo total do Fundo alcançou o montante de R$ 26,47 bilhões registrando uma variação de 25,45% em relação ao valor de 2011 (R$ 21,1 bilhões), cujos principais componentes patrimoniais apresentaram a seguinte posição:

- as aplicações interfinanceiras de liquidez, no montante de R$6,8 bilhões (R$ 4,9 bilhões em 2011), apresentaram uma variação positiva de R$ 1,9 bilhão (correspondente a 37,72%), associada aos resgates e rendimentos verificados no período;

- destacam-se que os investimentos em projetos representados por instrumentos de dívida (debêntures) registraram o total de R$ 12,67 bilhões (R$ 9,58 bilhões em 2011), representando variação positiva de 32,32%. Já os investimentos através de cotas de fundos registraram um total de R$ 1,3 bilhão (R$ 1 bilhão em 2011), representando variação positiva de 25,80%. As participações societárias totalizaram R$ 5,4 bilhões (R$ 5,5 bilhões em 2011), representando variação negativa de 2,77%;

O passivo total, composto pelas obrigações e o patrimônio líquido do FI-FGTS totalizaram R$ 26,47 bilhões, cujos principais componentes patrimoniais apresentaram a posição a seguir:

- ações a liquidar R$22,2 milhões (R$ 68,3 milhões em 2011): a diminuição expressiva desse valor decorre das integralizações pendentes nas companhias investidas terem ocorrido em 2012; e

- patrimônio líquido, no total de R$ 26,4 bilhões registrou uma variação positiva de R$ 5,4 bilhões, correspondente a 25,77% em relação ao exercício anterior (R$ 21 bilhões), decorrente do resultado apurado no período. Em 2012 a rentabilidade líquida da cota foi de 7,22%, correspondente a TR + 6,91% a.a.

No exercício de 2012, o FI-FGTS apresentou resultado líquido de R$ 1,7 bilhão, com variação positiva de 13,19% em relação ao ano anterior (R$ 1,5 bilhão em 2011), em que se destacam os seguintes itens:

- as disponibilidades do Fundo são, em grande parte, aplicadas no Over Longo do BACEN a uma taxa mais atrativa que a das operações compromissadas diárias; no teste do valor recuperável dos ativos do FI-FGTS não listados em bolsa realizado para o exercício 2012, constatou-se que o ativo Foz do Brasil não apresentou perda por valor recuperável e o valor dos ativos é superior a perda anteriormente provisionada. Por essa razão as perdas anteriormente provisionadas foram totalmente revertidas na carteira do Fundo. No que tange ao ativo Cone, houve redução da perda no teste do valor recuperável e por essa razão será possível reverter parcialmente a perda anteriormente provisionada, sendo a reversão no valor de R$ 140,3 milhões. Fato que resultou na reversão de provisão de perda do valor recuperável dos investimentos no montante de R$ 160 milhões referente a reversão total da provisão de perda do ativo Foz do Brasil e da reversão parcial da provisão de perda do ativo Cone, ambas constituídas no exercício social de 2011;

- ganho na alienação das ações da Nova Cibe em 24 de dezembro de 2012 com pagamento em debêntures da CIBE Energia gerando um ganho na operação no valor de R$ 213,7 milhões; e

- priorização em investimentos em debêntures com remuneração atrelada ao IPCA no decorrer do exercício de 2012.

8.2. Parecer da Auditoria Independente

A PricewaterhouseCoopers - PwC emitiu em 07 de junho de 2013 (ANEXO II) parecer opinando, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo abaixo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho das suas operações do exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

- **Base para opinião com ressalva do Auditor Independente do Fundo (PricewaterhouseCoopers)**

Conforme descrito na Nota 5.1 (c), o Fundo apresenta, em 31 de dezembro de 2012, valores a receber do exercício da opção de venda da totalidade das ações de empresa sem cotação em bolsa. Devido às incertezas que presentemente envolvem a definição do valor de realização desse ativo, a Administradora do Fundo decidiu por manter o saldo em 31 de dezembro de 2012 pelo mesmo valor contábil registrado antes do exercício da opção de venda, esse saldo contábil no montante de R$ 275,4 milhões corresponde a 1,06% do patrimônio líquido do Fundo. Entretanto, as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que um ativo financeiro seja mensurado pelo seu valor estimado de realização. Nas circunstâncias, devido à ausência da mensuração do valor estimado de realização desse ativo pelo Fundo, decorrente das incertezas mencionadas na Nota 5.1 (c), não nos foi praticável determinar o montante do ajuste a ser feito no saldo do referido ativo nessa data.

9. RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO IMPACTO SÓCIOECONÔMICO DAS OPERAÇÕES

9.1. Número de Operações e Valores Aplicados por Setor Econômico e por Unidades da Federação

O FI-FGTS finalizou o ano de 2012 com 36 projetos em carteira, que somados aos investimentos aprovados, comprometeram a monta de aproximadamente R$ 25 bilhões, conforme descrito no item 6.1.

Os instrumentos em participação representam 31% deste Valor Comprometido, aproximadamente R$ 8 bilhões e os instrumentos de dívidas representam 69%, aproximadamente R$ 17 bilhões.

Desmembrando os instrumentos, temos então R$ 16,9 bilhões em Debêntures, R$ 0,3 bilhão em FIDC, R$ 6,0 bilhões em Ações e R$ 1,8 bilhão em FIP. Estes números são aproximados e compreendem os investimentos realizados até 31 de dezembro de 2012 no FI-FGTS.

Considerando o desdobramento dos 36 projetos supracitados em 45 operações, apresentamos a seguir tabela contendo a quantidade de instrumentos firmados pelo FI-FGTS até 31 de dezembro de 2012.

Tabela 3 – Operações por instrumento

Instrumento	Quantidade
Debêntures	21
Ações	18
FIDCs	2
FIPs	4
TOTAL	**45**

Até dezembro de 2012, contamos com investimentos aproximados de R$ 7 bilhões em empresas que atuam no setor de energia, R$ 1,2 bilhão no setor de ferrovia, R$ 2,1 bilhões em portos, R$ 2,4 bilhões em rodovia, R$ 0,1 bilhão em hidrovia e R$ 1,6 bilhão em empresas do setor de saneamento, sendo considerado para o cálculo apenas os projetos em carteira e lembrando que o investimento realizado no projeto BNDES não é considerado para o cálculo conforme dispõem o regulamento do FI-FGTS.

Em atendimento à Política de Investimento prevista no Regulamento do FI-FGTS quanto aos setores investidos, em relação ao Valor Total Comprometido previsto em seu regulamento, tem-se 19% dos recursos aplicados em projetos de Energia; 6% em construção, modernização e revitalização de rodovias; 5% em projetos de melhoria do setor portuário, 3% em modernização e revitalização do setor ferroviário e 4% no setor de saneamento.

Os investimentos restantes, como mencionado, são representados pelas Debêntures de emissão do BNDES, destinadas ao desenvolvimento e a viabilização de projetos de infraestrutura

nos setores de atuação do FI-FGTS, e não se sujeitam aos limites de concentração, na forma do Art. 53-A do Regulamento.

Apresentamos abaixo tabela contendo relação entre operações e setores investidos. Cabe esclarecer, que os projetos multisetoriais foram contabilizados no setor em que ocorreu maior concentração de investimento. Ou seja, apesar do setor de hidrovia ter recebido desembolso de R$ 86,2 milhões no ano de 2012, não sensibilizou a quantidade de ativos no setor de hidrovia, pois o ativo foi contabilizado no setor de saneamento, o qual recebeu maior volume de recursos.

Tabela 4 – Operações por setor

Setor	Quantidade
Ferrovia	4
Energia	27
Rodovia	5
Porto	6
Saneamento	3
TOTAL	**45**

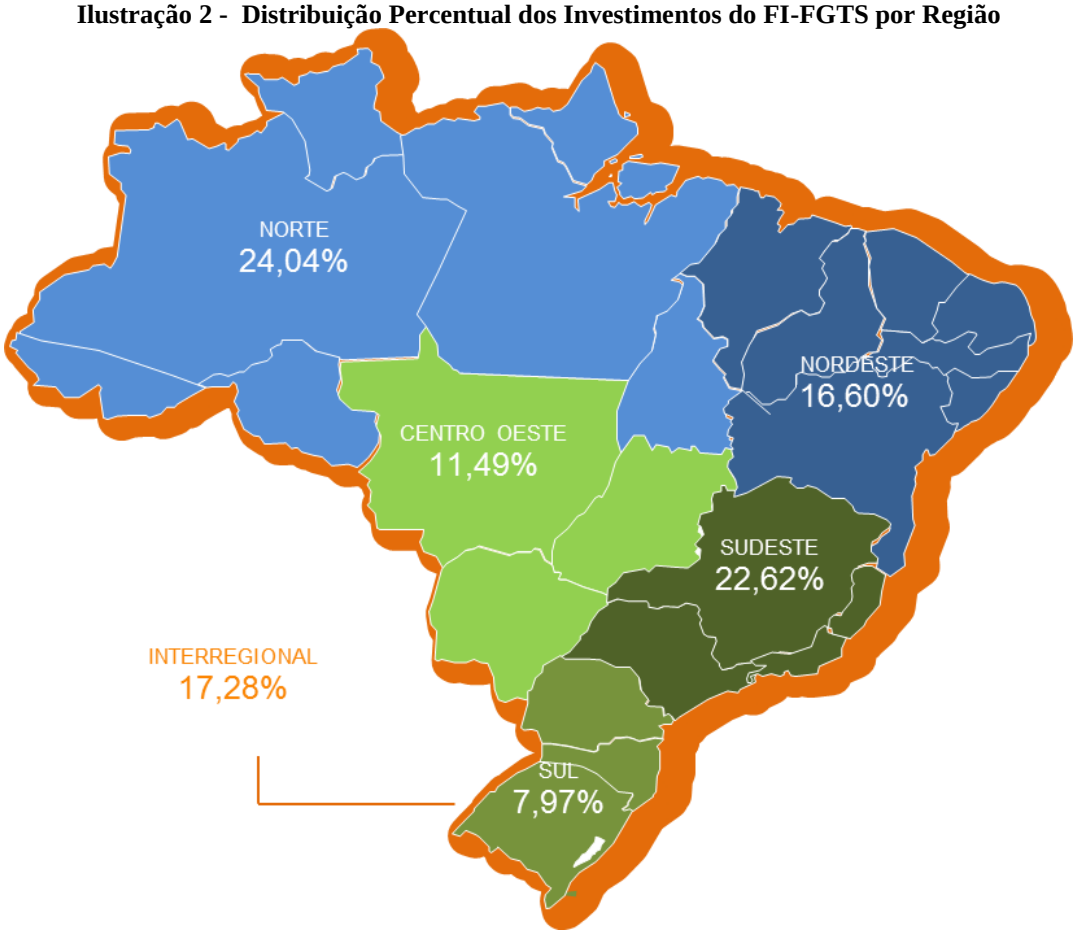
Destaca-se que algumas operações possuem projetos enquadrados em mais de um setor e que a quantidade reflete o valor investido no setor predominante.

9.2. Número de Operações e Valores dos Investimentos, dos Recursos Liberados e Aprovados no Exercício em Relação ao Total por Setor Econômico e ao Total por Unidade da Federação

Os investimentos realizados pelo FI-FGTS se expandem por todo o Brasil e todas as regiões têm sido contempladas com recursos destinados a melhoria da infraestrutura e da qualidade de vida da população. Em termos percentuais tem-se a seguinte distribuição por região: 24,04% na região Norte, 16,60% na região Nordeste, 11,49% na região Centro-oeste, 22,62% na região Sudeste e 7,97% na região Sul.

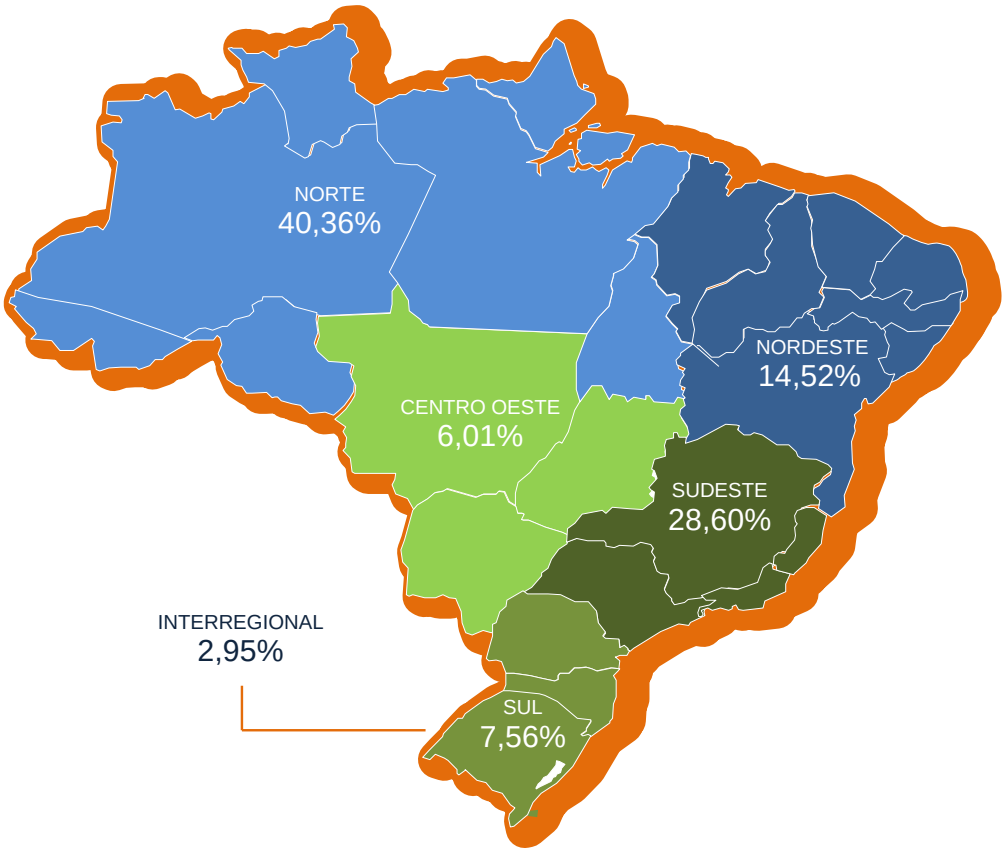
Considere-se ainda que 17,28% dos projetos são inter-regionais, ou seja, dizem respeito aos projetos que estão presentes em 2 ou mais Estados. A democratização na distribuição dos recursos, ora alocados, reporta-nos à importância estratégica do FI-FGTS para o desenvolvimento do Brasil.

Ilustração 2 - Distribuição Percentual dos Investimentos do FI-FGTS por Região



Cabe ilustrar também que a abrangência nacional dos investimentos do FI-FGTS contribuiu, até o momento, para geração mais de 428.113 postos de trabalho entre empregos diretos e indiretos, distribuídos regionalmente na forma ilustrada abaixo:

Ilustração 3 - Geração de empregos por região



O FI-FGTS finalizou o ano de 2012 com 7 novos investimentos, sendo estes por meio de debêntures, totalizando o montante integralizado de R$ 3,69 bilhões.

A tabela abaixo demonstra o que foi contratado no decorrer deste período, ou seja, novos projetos assinados e valores integralizados para os setores nos quais o FI-FGTS investiu no ano de 2012.

Tabela 5 – Operações novas, por setor, em 2012

Distribuição por Setor 2012	Valor
Ferrovia	284.322.510,10
Energia	1.450.000.000,00
Rodovia	650.797.849,87
Porto	878.309.081,80
Saneamento	340.301.144,24
Hidrovia	86.269.413,99
TOTAL	3.690.000.000,00

Destaca-se que algumas operações possuem projetos enquadrados em mais de um setor e que a quantidade reflete o valor investido no setor predominante.

9.3. Legislação Pertinente e suas Alterações

A legislação aplicável ao FI-FGTS, conforme já mencionado no item 1.1. "Identificação da Unidade Jurisdicionada" é a Lei nº 11.491/2007; a Instrução/CVM nº 462/2007; o Regulamento do FI-FGTS, aprovado pela Resolução/CCFGTS nº 553/2007 e alterada pela Resolução/CCFGTS nº 705/2012.

9.4. Remuneração da Administradora do Fundo

A CAIXA é a administradora do FI-FGTS, e a sua remuneração está prevista no capítulo V, Artigo 21, Parágrafo Primeiro, do Regulamento do FI-FGTS.

A Taxa de Administração a ser paga pelo FI-FGTS a Administradora corresponde a 1,0 % a.a. (um por cento) ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do FI-FGTS, exceto para os valores aplicados em Disponibilidades, valores sobre os quais incidirá percentual de 0,10% a.a. (dez centésimos por cento).

As atividades de administração do FI-FGTS estão descritas no Artigo 4º do Regulamento:

"*Compete à ADMINISTRADORA a gestão do patrimônio do FUNDO, podendo realizar todas as operações, praticar todos os atos que se relacionem com o seu objeto e exercer todos os direitos inerentes à titularidade dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO, inclusive o de promover medidas judiciais e administrativas, votação em assembleias gerais e especiais, abertura e movimentação de contas bancárias, aquisição e alienação de títulos pertencentes ao FUNDO, desde que observadas as restrições impostas por este Regulamento. Poderá, ainda, proceder à contratação de terceiros legalmente habilitados para a prestação de serviços relativos às atividades do FUNDO".*

Com isso, podemos destacar algumas das atividades, como:

a) representar o Fundo nos comitês dos fundos investidos, em assembleias de debenturistas, de credores e acionistas;

b) avaliar viabilidade econômico-financeira dos ativos a serem investidos;

c) negociar e celebrar acordos prévios e finais de investimento;

d) controlar o cumprimento das obrigações de investimento dos tomadores de recursos;

e) executar atos societários necessários as atividades da empresa investida;

f) administrar o retorno dos investimentos realizados com recursos de terceiros;

g) elaborar proposta de desinvestimento dos fundos geridos;

h) propor estratégias para negociações e diretrizes para abertura de capital em companhias investidas, com vistas á consecução do desinvestimento;

i) controlar fluxo de desembolso dos recursos investidos nos projetos;

j) renegociar dívidas e participações dos fundos de investimento;

k) promover a execução de garantias reais, extrajudiciais ou judiciais, em ativos inadimplidos.

Desta forma, no exercício de 2012, foi pago à CAIXA o montante de R$ 175,6 milhões a título de remuneração pelos serviços de administração e gestão do FI-FGTS.

9.5. Resultados dos Acompanhamentos, Fiscalizações e Avaliações Realizadas

Informações sobre as atividades realizadas no exercício, metodologia, dificuldades, providências adotadas, dentre outros, estão na última linha dos quadros constantes do item 9.6, resumo informativo relativo a cada investimento.

9.6. Relação dos Projetos e Operações no Exercício de 2012, por ordem decrescente de valor investido, até o montante acumulado de 90% do total de recursos aplicados pelo FI-FGTS

9.6.1. BNDES

BNDES	
Setor	Energia, ferrovia e empreendimentos complementares aos setores de infraestrutura.
UF	**PE, MA, MS, SP, AM, BA, ES, CE, SC, GO, MG, MT, PR, RS, PA, TO**
Histórico	O FI-FGTS adquiriu o montante total de R$ 7,0 bilhões em debêntures de emissão do BNDES, em virtude do exposto no artigo 7º inciso IX, da Lei nº 8.036, 11 de maio de 1990, que trata da responsabilidade da CAIXA em garantir aos recursos alocados no FI-FGTS, a remuneração mínima equivalente a aplicável às contas vinculadas do FGTS. Além disso, a aquisição consiste em uma forma de garantir a capacidade do BNDES de fornecimento de recursos de longo prazo para seus projetos aprovados, os quais, na ausência desses recursos, poderiam impactar negativamente nos investimentos em infraestrutura do país.
Objetivos	Essa aquisição visa contribuir para a expansão dos investimentos na economia brasileira, com ênfase para o setor de infraestrutura, cujos escopos estão em consonância com a política de investimento do FI-FGTS. Além disso, o principal foco do aporte financeiro realizado pelo Fundo é apoiar empreendimentos que visem o desenvolvimento nacional nos setores alvo para aumentar a eficiência e competitividade das empresas brasileiras, diminuindo os gargalos no setor de infraestrutura que tornam os produtos nacionais mais custosos.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R$ 7,0 bilhões.
Valores Liberados	No ano de 2008 foi liberado o total dos recursos previstos na operação, no valor total de R$ 7,0 bilhões.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL

9.6.2. OTP

Odebrecht Transport Participações S.A	
Setor	Rodoviário e Portuário
UF	**SP/BA/PE/MS/GO**
Histórico	O FI-FGTS adquiriu participação societária correspondente a 30% do capital social, por meio de aumento de capital, mediante subscrição de novas ações, desembolsando um montante de R$ 1,9 bilhão, por meio de aporte de capital do projeto Embraport, a serem empregados nos seguintes projetos: Rota das Bandeiras, Bahia Norte, Rota dos Coqueiros, Rota do Atlântico - Expressway, Logum e Embraport.
Objetivos	Gerenciar portfólio de ativos em transporte e logística no Brasil e participar do capital das sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R$ 1,9 bilhão.
Valores Liberados	Todo o montante previsto aos projetos foram desembolsados e aplicados nos projetos Rota do Atlântico, Rota das Bandeiras, Bahia Norte, Liquiport e Logum.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL

9.6.3. SANTO ANTONIO

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	
Setor	Energia
UF	**RO**
Histórico	Aquisição de 49,9% do FIP Amazônia Energia com investimento de R$ 308,5 milhões, que representam 9,98% de participação indireta na Madeira Energia S.A., e aquisição de Debêntures da Madeira Energia S.A., pelo montante de R$ 1,5 bilhão.
Objetivos	Investir na construção e implantação da UHE Santo Antônio que possuirá a potência instalada de 3.150 MW e assegurada de 2.218 MW, aumentando em 4% a produção nacional.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R$ 1,8 bilhão.
Valores Liberados	Até dezembro de 2012 foram liberados R$ 1,8 bilhão do total previsto ao projeto.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL

9.6.4. ELDORADO

ELDORADO	
Setor	Saneamento, Rodovia, Ferrovia e Hidrovia.
UF	**MS**
Histórico	A Eldorado Brasil é uma empresa brasileira de base florestal, que concentra suas atividades na formação de florestas e na produção e comercialização de celulose.
Objetivos	Os recursos captados por meio da emissão das debêntures serão utilizados para o desenvolvimento do projeto de construção e implantação de estação de tratamento de água e efluentes relacionados ao projeto localizado na cidade de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R$ 940 milhões.
Valores Liberados	No ano de 2012 foi liberado todo valor previsto ao projeto, totalizando R$ 940 milhões.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL

9.6.5. LLX

LLX ACU S.A	
Setor	Porto
UF	RJ
Histórico	A LLX Logística S.A. foi criada em março de 2007 e faz parte do grupo EBX.
Objetivos	Os recursos serão destinados à realização de investimentos no Superporto do Açu e tem por objetivo prover serviços logísticos através do desenvolvimento de um complexo portuário no Brasil.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R$ 750 milhões.
Valores Liberados	R$ 289,5 milhões.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL

9.6.6. FOZ DO BRASIL

FOZ DO BRASIL S.A.	
Setor	Saneamento
UF	**RS/SP/TO/SC/ES/RJ/PA/MG/BA/PE**
Histórico	A Foz do Brasil S.A é uma empresa do Grupo Odebrecht, subsidiária da Odebrecht Engenharia Ambiental S.A, criada com o objetivo de participar, direta e/ou indireta, em sociedades que desenvolvam atividades de saneamento e tratamento de resíduos e a prestação de serviços na área de engenharia ambiental para empresas que desenvolvam tais atividades.
Objetivos	A Foz tem como objetivo investir e operar projetos nos segmentos de abastecimento de água, saneamento e tratamento de resíduos industriais. Os atuais ativos e empresas que compõe o portfólio da Foz e que receberam recursos do FI-FGTS até 2011 são: Foz de Limeira, Aquapolo, Saneamento Rio Claro, Concessionária Águas de Cachoeiro do Itapemirim, Saneamento Blumenau, Saneamento Santa Gertrudes, Foz do Jaguaribe, Saneatins, Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil (“VSB”), Mairinque e Projeto Tkcsa.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R$ 650 milhões.
Valores Liberados	A operação consistiu na emissão primária de ações ordinárias e subscrição, por parte do FI-FGTS, no montante de R$ 650 milhões, representativas de 26,53% do capital social da Foz do Brasil, pagos em única parcela em 21/10/2009. Não ocorreram liberações no ano de 2012.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL

9.6.7. NEOENERGIA

Teles Pires Participações S.A (NEOENERGIA)	
Setor	Energia
UF	**MT e PA**
Histórico	A Teles Pires Participações S/A é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), subsidiária integral da Neoenergia S/A e foi constituída para ser acionista da Companhia Hidrelétrica Teles Pires, detendo 50,1% de participação.
Objetivos	Investir na implantação, manutenção, exploração e prestação de serviços de energia elétrica.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R$ 650 milhões.
Valores Liberados	Os recursos foram integralizados em maio de 2012, totalizando R$ 650 milhões.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL

9.6.8. EEVP

Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	
Setor	Energia
UF	PA e MS
Histórico	O FI-FGTS investiu R$ 600 milhões na aquisição de 35,70% em participação acionária na EEVP o que representa, indiretamente, participação de 24,36% no Grupo Rede.
Objetivos	Implementação do plano de ação da Companhia que contempla (i) o cumprimento do plano de metas e melhorias; (ii) a reestruturação financeira da Companhia; (iii) investimentos em CAPEX e (iv) a atuação nas subsidiárias que necessitarem de maior ingerência do FI-FGTS.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R$ 600 milhões.
Valores Liberados	O investimento foi desembolsado no ano de 2010, totalizando R$ 600 milhões. Não houve desembolso no ano de 2012.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL

9.6.9. USIMINAS

USIMINAS	
Setor	Energia, Ferrovia, Porto e Saneamento
UF	**MG**
Histórico	O Sistema Usiminas destaca-se como o maior complexo siderúrgico de aços planos da América Latina e um dos 20 maiores do mundo. A Usiminas é a líder do sistema, formado por empresas que atuam em siderurgia e em negócios onde o aço tem importância estratégica.
Objetivos	O investimento da Usiminas envolve ampliação da infraestrutura elétrica, ferroviária, obras de saneamento, captação, tratamento e distribuição de água potável. Inclui ainda um terminal portuário e ramal ferroviário facilitando o escoamento de produção.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R$ 600 milhões.
Valores Liberados	Investimento completamente integralizado em 2008.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL

9.6.10. ENERGIMP

Energimp S.A	
Setor	Energia
UF	**CE/SC**
Histórico	É uma sociedade por ações de propósito específico, com participação do FI-FGTS e da Wind Power Energia S.A. ("WPE"), na proporção, respectivamente, de 45,0% e 55,0% do capital social da Companhia. O investimento total do FI-FGTS foi de R$ 509,37 milhões para desenvolvimento dos projetos.
Objetivos	Investir na implantação, manutenção e exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica proveniente de fonte eólica por meio da construção de parques eólicos.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R$ 509,37 milhões.
Valores Liberados	R$ 365,8 milhões liberados em abril de 2010, R$ 34,2 milhões liberados em janeiro de 2011 e R$ 109,37 milhões liberados em maio de 2011. No ano de 2012 não houve liberação de recursos.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL

9.6.11. CCR

CCR – Companhia de Concessão Rodoviária	
Setor	Rodovia
UF	SP/RJ
Histórico	Em 2008 a CCR emitiu debêntures no montante de R$ 500 milhões, as quais foram subscritas e integralizadas pelo FI-FGTS. Os recursos foram destinados exclusivamente para investimento em infraestrutura rodoviária nos negócios da emissora e/ou suas subsidiárias, tais como: CCR – AutoBAn, CCR – NovaDutra, CCR – ViaOeste, CCR – RodoNorte, CCR – Ponte, CCR – ViaLagos e CCR – RodoAnel.
Objetivos	Os recursos obtidos com a emissão das debêntures foram utilizados em obras para ampliação, modernização e recuperação dos trechos das rodovias e na infraestrutura auxiliar das rodovias, como passarelas, sinalização, entre outros dos seguintes projetos: CCR Autoban, CCR Novadutra, CCR Via Oeste, CCR Rodonorte, CCR Ponte, CCR Vialagos, CCR Rodoanel.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R$ 500 milhões.
Valores Liberados	R$ 500 milhões liberados em 2008. Em 27 de dezembro de 2011, a Companhia efetuou o resgate total da operação.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL

9.6.12. CONE

CONE	
Setor	Empreendimentos complementares, sendo terminais e armazéns de cargas, no setor portuário.
UF	**PE**
Histórico	O FI-FGTS adquiriu participação societária correspondente à 39,75% do capital social da companhia, mediante a subscrição de novas ações. O valor desembolsado pelo FI-FGT na operação foi de R$ 500 milhões, sendo destinados ao projeto logístico Cone Suape.
Objetivos	O Cone Suape consiste na construção de uma plataforma com diversos empreendimentos capaz de abrigar empreendimentos e ao mesmo tempo, prover serviços e competências logísticas para atender a demanda oriunda da região de influência direta do Complexo de Suape. O objetivo deste projeto é explorar o significativo potencial de mercado existente no estado de Pernambuco.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R$ 500 milhões.
Valores Liberados	Foram desembolsados todos os recursos previstos ao investimento. Os recursos desembolsados aos projetos foram liberados em tranches, totalizando até o ano de 2012 o valor de R$ 500 milhões.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL

9.6.13. FIP SANEAMENTO

Caixa Fundo de Investimento em Participações Saneamento - FIP Saneamento	
Setor	Saneamento
UF	**PA/TO**
Histórico	O FIP Saneamento foi constituído em dezembro de 2010 sob a forma de condomínio fechado e possui prazo de duração indeterminado. O investimento se efetivou por meio da subscrição e integralização da totalidade das cotas emitidas pelo FI-FGTS com patrimônio líquido inicial de R$ 500 milhões. O limite de exposição a cada empresa investida estará limitada a uma participação de até 49% do capital social. O investimento realizado em 2011 consiste no aporte de R$ 90,6 milhões e na Saneatins, correspondente a 49% do capital social da Companhia, desembolsados em dezembro de 2011. Não havendo movimentações financeiras em 2012.
Objetivos	O principal objetivo do Fundo é a aquisição de participação acionária em Companhias de Saneamento e em projetos desenvolvidos que visem promover a ampliação, reforma e implantação de projetos voltados para o tratamento, produção e distribuição de água, bem como, voltados à coleta, tratamento e disposição de esgoto no Brasil.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R$ 500 milhões.
Valores Liberados	R$ 90,6 milhões para a empresa FCN - Foz Centronorte Participações.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL

9.6.14. LIGHT

Light S.A	
Setor	Energia
UF	**RJ**
Histórico	A Light S.A. é uma holding não operacional, controladora de empresas atuantes principalmente nos segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. As companhias emissoras utilizarão os recursos obtidos com a emissão para realizar investimentos na ampliação e na modernização dos ativos de geração e de distribuição de energia elétrica da Light.
Objetivos	Investir na implantação, manutenção e exploração e prestação de serviços de energia elétrica.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R$ 500 milhões.
Valores Liberados	Foram investidos R$ 500 milhões, sendo R$ 470 milhões liberados para Light Serviços de Eletricidade S.A e R$ 30 milhões para a Light Energia S.A. Os valores foram totalmente integralizados em 2012.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL

9.6.15. ALL

ALL - América Latina Logística	
Setor	Ferroviário e Rodoviário
UF	**PR/SC/RS/MT/MS**
Histórico	Em agosto de 2008 foi aprovado o investimento do FI-FGTS no montante de R$ 500 milhões, mediante a aquisição de debêntures de três subsidiárias da ALL, sendo o valor assim distribuído: R$ 166,67 milhões, investidos na Ferroban Ferrovias Bandeirantes S/A, R$ 166,67 milhões na Ferronorte S/A Ferrovias Norte Brasil e R$ 166,67 milhões na ALL América Latina Logística Malha Sul S/A., totalizando R$ 500 milhões de investimento.
Objetivos	A companhia busca crescimento no volume total transportado e para suportar este crescimento a empresa elaborou plano de negócios direcionado ao aumento da capacidade de transporte, além de investimentos em material rodante e tecnológico.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R$ 500 milhões.
Valores Liberados	O total do investimento de R$ 500 milhões. foi liberado no ano de 2008. No ano de 2012 não foram liberados novos recursos ao projeto.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL

9.6.16. ALUPAR HOLDING

Alupar Holding	
Setor	Energia
UF	MT, ES, SP, AP, GO , RS
Histórico	A ALUPAR Investimento S.A foi constituída em 27 de setembro de 2006 para atuar em projetos nos segmentos de geração e transmissão de energia. O FI-FGTS investiu R$ 400 milhões na aquisição de 17,84% de participação acionária na Alupar S.A.
Objetivos	Promover a implantação e modernização dos projetos atuais da Alupar Investimentos S.A., além de subsidiar o desenvolvimento de novos projetos com objetivo de aumentar a geração e transmissão de energia elétrica no país.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R$ 400 milhões.
Valores Liberados	Fora desembolsada a totalidade dos recursos no valor de R$ 400 milhões no ano de 2008.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL

9.6.17. OAS

OAS Engenharia e Participações S.A.	
Setor	Rodovia
UF	SP/PE
Histórico	Trata-se de emissão privada de debêntures, lote único, não nominativo, não conversível em ações, para subscrição pelo FI-FGTS, para financiar os planos de negócios envolvendo a Concessionária Auto Raposo Tavares - CART e a Concessionária Rota do Atlântico - CRA.
Objetivos	O objetivo principal do projeto é financiar a realização de obras de ampliação, operação e modernização nas rodovias que integram o Corredor Raposo Tavares (SP), e exploração, pelo regime de concessão, e execução de obras do Complexo Viário de Suape (PE)
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R$ 250 milhões.
Valores Liberados	Em 2012 foram liberados os R$ 250 milhões referentes à totalidade dos recursos.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL

9.6.18. FIDC CEEE

FIDC CEEE	
Setor	Energia
UF	RS
Histórico	A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT é uma empresa de economia mista, responsável pelo serviço público de energia elétrica, integrada pelas áreas de geração, transmissão e comercialização, originada do processo de reestruturação societária da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - CEEE. O investimento foi realizado com a estruturação de um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC, através da aquisição de quotas seniores, no volume de R$ 200 milhões, adquiridas pelo FI-FGTS, e de quotas subordinadas adquiridas pela cedente, no volume de R$ 12,8 milhões. O regulamento do FIDC CEEE V-GT foi assinado em 11 de maio de 2009, possuindo um prazo de duração de 79 (setenta e nove) meses, podendo ser prorrogados após a realização de Assembleia Geral de Quotistas do Fundo.
Objetivos	Os recursos foram destinados para investimentos em projetos de reforma, ampliação e implantação de empreendimentos em infraestrutura no setor de energia, principalmente em Linhas de Transmissão, para a qual a CEEE possui 6.055,61 km de extensão, que são suportadas por mais de 15 mil estruturas e operam nas tensões de 230, 138 e 69 kV.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R$ 200 milhões
Valores Liberados	R$ 200 milhões foram liberados em 2009. Não ocorreram liberações em 2012.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL

9.6.19. HIDROTERMICA ON e PN

Hidrotérmica S/A	
Setor	Energia
UF	**RS/MG/GO/PE/AL**
Histórico	A Hidrotérmica está voltada para projetos de energia hidrelétrica no RS/MG/SP/MT/MS, investimentos na construção e operação de usinas termelétricas (UTEs) no Nordeste e Espírito Santo, na área da SUDENE. O valor total investido pelo FI-FGTS foi de R$ 360 milhões em dois momentos: em 2009, foram aportados R$ 160 milhões mediante a subscrição e integralização de 55.667.283 novas ações ordinárias nominativas, perfazendo uma participação de 21,33% no capital social da companhia e; em 2011, foi aportado R$ 200 milhões, por meio da subscrição de 67.796.610, totalizando, assim, a participação no Capital Social da empresa de 37,56%.
Objetivos	Investir na construção, reforma, ampliação e implantação dos empreendimentos de infraestrutura do setor energético, nas empresas controladas pela companhia, de acordo com o plano de negócios acordado.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R$ 360 milhões.
Valores Liberados	R$ 160 milhões em 2009 e R$ 200 milhões em 2011.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL

9.6.20. J. MALUCELLI

J. Malucelli Energia S.A.	
Setor	Energia
UF	PA/MT/GO/MG/SP/PR/SC/MS/RN
Histórico	O FI-FGTS ingressou no quadro societário da J. Malucelli Energia, visando uma subscrição de 40,81% das ações, que correspondem ao aporte de R$ 330,61 milhões, liberados conforme as chamadas de capital, deliberadas pelos acionistas, para desenvolvimento dos projetos.
Objetivos	Implantação dos projetos voltados aos segmentos de geração hidroelétrica, eólica e térmica, e para projetos de transmissão de energia.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R$ 330,61 milhões.
Valores Liberados	O total desembolsado dos recursos de R$ 330,61 milhões foram liberados em tranches. Onde R$ 30,61 milhões foram desembolsados em 2012.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL

9.6.21. ALUPAR FERREIRA GOMES

ALUPAR FERREIRA GOMES	
Setor	Energia
UF	AP
Histórico	O plano de investimento da Companhia demandará investimentos no montante de R$ 925,4 milhões até 2013, sendo que parte dos recursos foram captados por meio de R$ 300 milhões em debêntures junto ao FI-FGTS em junho de 2012.
Objetivos	A emissão de debêntures teve por objetivo viabilizar a construção da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, cuja concessão foi outorgada pela ANEEL em dezembro de 2010 por um prazo de 35 anos.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R$ 300 milhões.
Valores Liberados	Foram liberados em sua totalidade os recursos à Companhia, R$ 300 milhões no ano de 2012.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL

9.6.22. MRS

MRS	
Setor	Ferrovia
UF	**SP/RJ**
Histórico	A MRS Logística S/A ("MRS") é uma sociedade por ações de capital aberto, que celebrou com a União Federal, em 1996, o Contrato de Concessão pelo qual foi concedido à Companhia o direito de exploração do transporte ferroviário de cargas na Malha Sudeste pelo prazo de 30 anos, renovável por mais 30 anos. Em junho de 2010 foi aprovado o investimento do FI-FGTS no montante de R$ 300 milhões, mediante a aquisição de debênture para aumento da capacidade de transporte, além de investimentos em material rodante e informática.
Objetivos	Os projetos da MRS visam à melhoria na via permanente, ampliação de pátios e alças ferroviárias; investimentos em sistemas e equipamentos para modernização e aumento de confiabilidade nas locomotivas; instalação de sistema que visa capacitar a empresa para realizar a gestão integrada do tráfego ferroviário; modernização do Centro de Controle da Operação; reforma de oficinas de locomotivas e vagões no RJ e SP.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R$ 300 milhões.
Valores Liberados	R$ 300 milhões foram liberados em 2010. Não ocorreram liberações em 2012.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL

9.6.23. VIA RONDON

BR Vias (VIA RONDON)	
Setor	Rodovia
UF	**SP**
Histórico	A operação compreende a aquisição de R$300 milhões em debêntures a serem emitidas pela Via Rondon Concessionária de Rodovia S.A., titular da concessão desde outubro de 2008, para exploração do Corredor Marechal Rondon Oeste no Estado de São Paulo. A Companhia iniciou suas operações em 06 de maio de 2009.
Objetivos	Concessão rodoviária, com o propósito específico de efetuar investimentos na rodovia Marechal Rondon (SP300), buscando aumentar o conforto, fluidez, e segurança da rodovia.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R$ 300 milhões.
Valores Liberados	Foi liberada a totalidade do investimento, correspondente a R$ 300 milhões.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL

9.6.24. NOVA CIBE ENERGIA

Nova Cibe Energia S/A	
Setor	Energia
UF	**BA/CE/PB/PE**
Histórico	A participação acionária detida pelo FI-FGTS foi reestruturada, mediante cisão dos ativos da Nova Cibe e emissão de debêntures em favor do Fundo no valor total de R$ 372,9 milhões, cuja atualização, remuneração e vencimento se dão em duas séries: 1ª Serie de R$ 240 milhões, atualizadas pelo IPCA, remuneradas em 10% a.a., com vencimento em 31/08/2013; 2ª Série no valor da dívida da data de emissão, deduzido o montante da 1ª série, atualizada pelo IPCA, remuneradas em 11% a.a.. A título de sinal da reestruturação iniciada em dezembro/2011, foi efetuado depósito de R$ 15 milhões.
Objetivos	Construir e explorar comercialmente Usinas Termelétricas movidas a óleo combustível tipo B1 (baixo teor de enxofre).
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R$ 280 milhões.
Valores Liberados	R$ 280 milhões integralizados em sua totalidade em 2010. Em 2012 ocorreu a conversão das ações detidas pelo Fundo para Debêntures.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL

9.6.25. MDC PAR

MDC	
Setor	Energia
UF	**BA**
Histórico	A MDC Par S.A. (MDC) é uma empresa de participação em investimentos em infraestrutura criada em 2009 e atua nos setores de gás natural e energias renováveis. Seus projetos são divididos em ECOMETANO (Projeto Piloto Suínos e Projeto Piloto Vinhaça), ECOMOTORS (Projeto Piloto Conversão Motores) e ECOGNL (Projeto Piloto Transporte Marítimo de GNL). O FI-FGTS adquiriu participação societária na MDC, por meio de aumento de capital, mediante a subscrição de novas ações correspondente a 38% do capital social da Companhia.
Objetivos	A Companhia tem por objetivo atender à demanda de suprimento de energia com crescimento sustentável, optando prioritariamente pelo gás natural de fonte fóssil e o gás natural de fonte renovável, conhecido também como biometano ou biogás.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R$ 250 milhões
Valores Liberados	Em dezembro de 2011, o Fundo desembolsou a quantia de R$ 50 milhões. Não ocorreram desembolsos de recursos em 2012.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL

9.7. Avaliação Crítica dos Resultados Alcançados (objetivos e metas previstos vs. realizado)

Os resultados alcançados pelo FI-FGTS em 2012 revelam que os seus principais objetivos foram atingidos ao longo do ano.

Destaca-se que foi realizado o primeiro investimento do Fundo no setor de hidrovia, segmento que pode contribuir para a melhoria da infraestrutura e da competitividade da cadeia logística nacional, devido ao potencial de navegação dos rios brasileiros, dos baixos custos deste modal e da baixa emissão de poluentes se comparado ao modal rodoviário, por exemplo.

Outra conquista importante se deu com a criação do programa de qualificação de pessoas com a concessão de bolsas de estudos, à conta da Administradora, para a equipe que trabalha na estruturação e gestão dos projetos em renomadas instituições de ensino, o que contribuirá para a capacitação técnica da equipe.

O volume investido em 2012 permitiu a geração de milhares de empregos e adicionarão importantes benefícios à infraestrutura brasileira.

O ano de 2012 também representou um período de grandes desafios para o Fundo. Alguns dos ativos investidos não evoluíram conforme o esperado e apresentaram problemas que necessitaram da intensa atuação do Gestor com objetivo de saná-los.

Pode-se citar 2 casos que ilustram os desafios enfrentados e as soluções encontradas no período:

- um dos ativos investidos apresentou sérias dificuldades financeiras que exigiram do Gestor a adoção de medidas extremas, previstas nos instrumentos assinados, como a execução de garantias para tentar recuperar o investimento realizado na companhia. As ações implementadas pelo FI-FGTS ainda não haviam apresentado os resultados almejados até o fim de 2012 e as ações continuam para que a solução pretendida, proteger os recursos do Fundo, seja alcançada; e

- outro exemplo ocorreu também no setor de energia em decorrência da baixa performance de ativos que não entraram em operação nas datas previstas e poderiam resultar em prejuízos para o Fundo. Neste caso o Gestor iniciou o processo de renegociação do investimento com os sócios proprietários do negócio e no segundo semestre o investimento em ações foi reestruturado para uma debênture com taxas de remuneração satisfatórias e com garantias reais e fidejussórias. Esta reestruturação tem sido muito bem sucedida e parte da dívida já foi amortizada antecipadamente.

10. CONCLUSÃO

O FI-FGTS atuou de forma a implementar todas as medidas previstas para o exercício de 2012 e aumentar a sua participação no desenvolvimento da infraestrutura nacional, com destaque para as realizações mencionadas a seguir.

O Fundo manteve sua missão de colaborar para o desenvolvimento do país, por meio da realização de investimentos que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população, alocando seus recursos em projetos com potencial de dinamização da economia local e com capacidade de geração de emprego e renda.

Foi mantida a sua política de diversificação dos investimentos e respeito aos limites estabelecidos em seu Regulamento. Para o setor de energia foram destinados R$ 1,45 bilhão em novos empreendimentos, com prioridade para projetos de geração e distribuição de energia limpa, com investimentos diretos na construção de usinas hidrelétricas e na distribuição da energia produzida para os centros consumidores.

Para as áreas de transporte e logística, que incluem os setores de porto, rodovia, ferrovia e hidrovia, foram destinados R$ 1,69 bilhão, com destaque para o primeiro investimento em hidrovia realizado pelo FI-FGTS. Tais investimentos permitirão a integração de diversos modais e contribuirão para o armazenamento, transporte e escoamento da produção, aperfeiçoando diretamente o sistema de logística, que notadamente representa um dos gargalos da infraestrutura brasileira.

Importante ressaltar o investimento de R$ 300 milhões no setor de saneamento, que permitirá a implantação de uma das maiores plantas industriais de papel e celulose no interior do país e ao mesmo tempo preservar o meio ambiente de tal forma que a água utilizada no processo produtivo possa ser devolvida ao rio devidamente limpa e tratada, proporcionando grandes benefícios ambientais e de qualidade de vida para a população.

Adicionalmente aos investimentos realizados, os recursos investidos pelo FI-FGTS em 2012 foram alocados em diversas regiões geográficas do território nacional, contribuindo para a redução das desigualdades regionais, o que deverá possibilitar a criação de milhares de empregos diretos e indiretos, a geração de renda com consequente melhoria na qualidade de vida da população atendida.

Em 2012, ao final do exercício, o FI-FGTS apresentou um patrimônio líquido superior a R$ 21 bilhões, representados por investimentos realizados em diversos projetos de infraestrutura nos setores de rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia e saneamento. Por fim, em 2012 a rentabilidade líquida das cotas do de 7,22% correspondente a TR + 6,91% a.a..

Anexo I - Parecer Auditoria Independente e Demonstrações Financeiras FI-FGTS 2012

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS

(CNPJ: 09.234.078/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012

pwc

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Cotista
Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS (o "Fundo"), que compreendem a demonstração da composição e diversificação das aplicações em 31 de dezembro de 2012 e a demonstração da evolução do patrimônio líquido do exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

PricewaterhouseCoopers, Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino, São Paulo, SP, Brasil 05001-903, Caixa Postal 61005
T: (11) 3674-2000, F: (11) 3674-2000, www.pwc.com/br

pwc

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota 5.1 (c), o Fundo apresenta, em 31 de dezembro de 2012, valores a receber do exercício da opção de venda da totalidade das ações de empresa sem cotação em bolsa. Devido às incertezas que, presentemente, envolvem a definição do valor de realização desse ativo, a Administradora do Fundo decidiu por manter o saldo em 31 de dezembro de 2012 pelo mesmo valor contábil registrado antes do exercício da opção de venda, esse saldo contábil no montante de R$ 275.397 mil corresponde a 1,06% do patrimônio líquido do Fundo. Entretanto, as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que um ativo financeiro seja mensurado pelo seu valor estimado de realização. Nas circunstâncias, devido à ausência da mensuração do valor estimado de realização desse ativo pelo Fundo, decorrente das incertezas mencionadas na Nota 5.1 (c), não nos foi praticável determinar o montante do ajuste a ser feito no saldo do referido ativo nessa data.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos não quantificados do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho das suas operações do exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Ênfase

Conforme descrito nas Notas 3 (c) e 5, o Fundo investe em empresas de capital fechado, e as suas ações não são cotadas em bolsa de valores nem negociadas de forma frequente em mercados organizados. Tais investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, ajustado por provisão para perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Dessa forma, o valor de tais investimentos poderá vir a ser significativamente diferente quando da sua efetiva realização financeira, com a consequente repercussão no valor da cota do Fundo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

São Paulo, 7 de junho de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1 "S" DF

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.078/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Demonstração da composição e diversificação das aplicações em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

Aplicações/especificações	Tipo	Quantidade	Valor atual	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades			1	-
Banco conta movimento			1	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez		2.573.061	6.800.738	25,73
Notas do Tesouro Nacional		2.573.061	6.800.738	25,73
Títulos públicos		1.000	5.448	0,02
Letras Financeiras do Tesouro		1.000	5.448	0,02
Debêntures não conversíveis em ações		3.940.248	12.670.391	47,93
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		700.000	5.699.954	21,56
Eldorado Brasil Celulose S.A.		940.000	945.534	3,58
Madeira Energia S.A. MESA		518.909	806.289	3,05
Santo Antonio Energia S.A.		760.060	788.902	2,98
LLX Açu Operações Portuárias S.A.		750.000	778.813	2,95
Teles Pires Participações S.A.		65.000	680.984	2,58
Light Serviços de Eletricidade S.A.		470	472.654	1,79
Ligth Energia S.A.		30	30.169	0,11
Cibe Energia e Participações S.A.		3.729	394.590	1,49
Viarondon Concessionária de Rodovias S.A.		300	321.456	1,22
Alupar Investimento S.A.		300	310.812	1,18
OAS Engenharia e Participações S.A.		250	282.310	1,07
MRS Logística S.A.		30.000	270.418	1,02
ALL América Latina Logística Malha Sul S.A.		1	171.978	0,65
ALL América Latina Logística Malha Paulista S.A.		1	171.978	0,65
ALL América Latina Logística Malha Norte S.A.		1	171.978	0,65
Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA		171.000	150.152	0,57
Iracema Transmissora de Energia S.A.		109	119.687	0,45
TESC- Terminal Santa Catarina S.A.		88	101.733	0,38
Cotas de fundos		1.023.012.149	1.269.069	4,80
Caixa Fundo de Investimento Participações Saneamento	Cotas	500.000.000	597.508	2,26
Fundo de Investimento Participações Amazonia Energia	Cotas	522.812.049	444.962	1,68
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE V - GT	Cotas	200.000	126.038	0,48
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008	Cotas	100	100.561	0,38
Ações sem cotação em bolsa		930.336.752	5.189.446	19,61
Odebrecht TransPort.Participações S.A.		54.642.462	2.070.808	7,83
Foz do Brasil S.A.		129.846.574	677.954	2,56
Cone S.A.		35.099.302	730.333	2,76
Logbras Participações Desenvolvimento Logistico S.A.		30.750.000	30.744	0,12
Alupar Investimento S.A.		29.243.000	534.551	2,02
Energimp S.A.		460.437.026	531.294	2,01
Hidrotérmica S.A.		55.667.283	134.965	0,51
J. Malucelli Energia S.A.		179.681	291.593	1,10
Ijuí Energia S.A.		42.041.590	31.623	0,12
Foz do Rio Claro Energia S.A.		40.991.800	35.096	0,13
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.		18.069.239	20.519	0,08
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.		17.523.345	22.065	0,08
ERB - Energias Renováveis do Brasil S.A.		15.845.450	24.309	0,09
MDCPar S.A.		126.345	53.592	0,20
Ações preferenciais resgatáveis		67.796.610	218.832	0,84
Hidrotérmica S.A.		67.796.610	218.832	0,84
Valores a receber			316.914	1,20
Valores a receber			290.397	1,10
Dividendos e bonificações			26.517	0,10
Total do ativo			26.470.839	100,13
Valores a pagar			38.229	0,14
Ações a liquidar			22.208	0,08
Taxa de administração			15.692	0,06
Outros			329	-
Patrimônio líquido			26.432.610	99,99
Total do passivo e patrimônio líquido			26.470.839	100,13

As notas explicativas da Administradora são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.078/0001-45)

(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Demonstração das movimentações do patrimônio líquido exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

	2012	2011
Patrimônio líquido no início do exercício		
Representado por 16.523.903.968,970 cotas a R$ 1,271922 cada	21.017.118	
Representado por 15.995.904.577,263 cotas a R$ 1,181760 cada		18.903.325
Cotas emitidas no exercício		
2.858.069.264,993 cotas	3.757.854	
527.999.391,707 cotas		649.367
Patrimônio líquido antes do resultado do exercício	24.774.972	19.552.692
Resultados do exercício		
Receitas	1.428.463	1.573.861
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	458.743	414.398
Rendas de títulos e valores mobiliários	969.720	1.159.463
Resultado da avaliação dos investimentos em ações sem cotação em bolsa	405.559	50.043
Resultado de avaliação dos investimerntos	222.752	50.043
Lucro na alienação de ações	182.807	-
Despesas	(176.384)	(159.478)
Taxa de administração	(175.531)	(159.207)
Custódia	(196)	(138)
Taxa de fiscalização	(43)	(43)
Serviços técnicos especializados	(614)	(90)
Resultado do exercício	1.657.638	1.464.426
Patrimônio líquido no final do exercício		
Representado por 19.381.973.233,963 cotas a R$ 1,363773 cada	26.432.610	
Representado por 16.523.903.968,970 cotas a R$ 1,271922 cada		21.017.118

As notas explicativas da Administradora são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

---

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, ("Fundo"), criado por autorização da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, iniciou suas atividades em 1º de julho de 2008, constituído nos termos disciplinados pela Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, e por resoluções do Conselho Curador do FGTS (CCFGTS") sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. O destina-se a receber aplicações de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS quando autorizado pelo CCFGTS, do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS e tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas por meio da aplicação de seus recursos na construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura em rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia e saneamento, por meio das seguintes modalidades de ativos financeiras e/ou participações: instrumentos de participação societária, debêntures, notas promissórias e outros instrumentos de dívida corporativa, cotas de fundo de investimento imobiliário, cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, cotas de fundo de investimento em participação, certificados de recebíveis imobiliários, contratos derivativos e títulos públicos federais.

O Fundo pode atuar no mercado de derivativos, com a finalidade de proteção dos demais ativos integrantes da carteira.

Os ativos que compõem a carteira do Fundo, estão expostos aos riscos inerentes aos mercados, setores e empresas a que estiverem investidos, bem como aos fatores econômicos, conjunturais e de mercado que influenciam suas atividades e performance.

São garantidos aos recursos alocados ao Fundo, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas na forma do artigo 7º, inciso IX, da Lei nº 8.036/90.

Os investimentos em fundos não são garantidos pelo Administrador, por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

A gestão da carteira do Fundo é realizada pela Administradora.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

2 Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, complementadas pelas normas previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), especificamente a Instrução CVM nº 462 de 26 de novembro de 2007, pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), pela Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007 e por demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), quando aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

a. Apuração do resultado

A Administradora adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se à compra de títulos com o compromisso de revenda em data futura com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecido na data da contratação, ou seja, são aplicações financeiras, com lastro em títulos públicos federais, sendo realizados sempre com instituições financeiras do mercado.

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

c. Títulos e valores mobiliários

Consoante com a Circular BACEN nº 3.086 de 15 de fevereiro de 2002, os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria "Títulos para negociação".

c.1. Cotas de fundos de investimento

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são atualizados diariamente pelo valor da cota divulgada pela Administradora.

c.2. Títulos públicos federais (LFT)

Os títulos públicos integrantes da carteira do Fundo são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação. As Letras Financeiras do Tesouro são atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins diários publicados pela ANBIMA.

c.3. Debêntures não conversíveis em ações

As debêntures não conversíveis em ações, por serem objeto de emissão privada em que o Fundo figura como único debenturista, e que até a presente data não são negociadas no mercado secundário e que, portanto, não possuem referência de preços de negociação, são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida *pro rata temporis*, de acordo com as respectivas escrituras de emissão, conforme previsto no regulamento do Fundo.

O Fundo é um fundo aberto e tem o objetivo de investir em infraestrutura e conferir a seus investimentos e investidores um retorno financeiro de acordo com a sua política de investimentos, tais como estruturas customizadas as necessidades dos projetos de infraestrutura e a iliquidez nos mercados em que tais títulos são negociados. Essa particularidade, somada à (i) necessidade de seus ativos refletirem a precificação e as condições descritas nos instrumentos das operações; e (ii) atender prontamente as deliberações de seu Comitê de Investimento, as resoluções emanadas do CCFGTS e o regulamento do Fundo, as debêntures não conversíveis em ações foram classificadas na categoria Títulos para negociação, sendo seu valor de mercado equivalente, aproximadamente, ao valor contábil.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

c.4. Ações sem cotação em bolsa

As ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercados de balcão organizado são avaliadas pelo seu valor de equivalência patrimonial, atualizado com base nas demonstrações financeiras da respectiva sociedade investida, acrescido ou deduzido, conforme o caso, do ágio ou deságio registrado à época da aquisição do investimento.

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição e o valor patrimonial da parcela do capital da companhia adquirida.

c.5. Redução do valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos são revisados a cada data de balanço para avaliar se há necessidade de reconhecimento de alguma perda por redução ao valor recuperável do investimento. Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo e reconhece-se a perda, caso o valor contábil seja superior ao seu valor recuperável. Caso os aspectos que determinaram o reconhecimento de provisão para perda ao valor de recuperação do ativo em períodos anteriores não mais se façam presentes, é feita a reversão da referida provisão, até o limite do saldo da mesma. Essa revisão é efetuada, no mínimo, uma vez ao ano e os acréscimos/decréscimos são reconhecidos no resultado do exercício.

c.6. Ações preferenciais resgatáveis

As ações preferenciais resgatáveis (Nota 5.2) são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal atualizado pela variação acumulada do IPCA, desde a data de subscrição das ações até a data de cada pagamento de dividendos. As ações terão direito a dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, *pro rata temporis*, sobre o valor do principal.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

4 Debêntures não conversíveis em ações

Os investimentos em debêntures estão apresentados em 31 de dezembro de 2012 conforme quadro abaixo:

Emissora		Valor em 31/12/2012	Valor em 31/12/2011	Valor da emissão	Data de Emissão	Data Final de Vencimento
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	(a)	5.699.954	6.275.753	7.000.000	23/12/2008	15/10/2029
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(b)	945.534	-	940.000	01/12/2012	01/12/2027
Madeira Energia S.A. - MESA	(c)	806.289	2.070.474	518.909	02/04/2009	30/09/2013
Santo Antônio Energia S.A.	(d)	788.902	-	770.448	25/10/2012	01/11/2036
LLX Açu Operações Portuárias S.A.	(e)	778.813	-	750.000	15/09/2012	15/09/2027
Teles Pires Participações S.A.	(f)	680.984	-	650.000	30/05/2012	30/05/2032
Light Serviços de Eletricidade S.A.	(g)	472.654	-	470.000	10/09/2012	04/06/2026
Light Energia S.A.	(h)	30.169	-	30.000	10/09/2012	04/06/2026
Cibe Energia e Participações S.A.	(i)	253.660	-	252.976	24/08/2012	31/08/2013 (1ª série)
		140.930	-	140.498	24/08/2012	18/01/2017 (2ª série)
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	(j)	321.456	-	300.000	04/06/2012	04/06/2027
Alupar Investimento S.A.	(k)	310.812	-	300.000	30/05/2012	30/05/2027
OAS S.A.	(l)	282.310	-	250.000	13/01/2012	13/01/2027
MRS Logística S.A.	(m)	270.418	316.056	300.000	09/06/2010	01/02/2020
ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.	(n)	171.978	175.144	166.667	08/09/2008	31/07/2018
ALL América Latina Logística Malha Paulista S.A.	(n)	171.978	175.144	166.666	10/09/2008	31/07/2018
ALL América Latina Logística Malha Norte S.A.	(n)	171.978	175.144	166.667	08/09/2008	31/07/2018
EPESA - Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	(o)	150.152	163.505	171.000	23/01/2009	23/01/2024
IRACEMA - Iracema Transmissora de Energia S.A.	(p)	119.687	120.994	109.000	10/12/2010	10/12/2035
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.	(q)	101.733	103.587	88.000	18/12/2009	18/12/2029
TOTAL		**12.670.301**	**9.575.801**	**13.540.831**		

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

As debêntures contam com garantias nos termos das correspondentes escrituras particulares de emissão de debêntures, representadas, principalmente, por fianças prestadas, alienação, cessão e garantias fiduciárias; penhor de direitos; e hipotecas de imóvel.

a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES foi criado em 20 de junho de 1952, pela Lei nº 1.628, como Autarquia Federal, Posteriormente, com a Lei nº 5.662 e o Decreto nº 68.786, ambos de 21 de junho de 1971, foi transformado em empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio e sujeita às normas gerais orçamentárias e contábeis e à disciplina normativa do Conselho Monetário Nacional.

O Sistema BNDES, composto pelo BNDES e suas subsidiárias, é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada.

A finalidade dos recursos obtidos pelo emissor é para aplicação integral em projetos dos setores de energia, rodovia, hidrovia, porto e saneamento, atendendo ao disposto na Lei 11.491/2007.

b) Eldorado Brasil Celulose S.A.

A Eldorado Brasil Celulose S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, cujo registro foi obtido em 6 de junho de 2012 na categoria de ações negociadas em balcão, constituída sob as leis brasileiras com sede no município de Três Lagoas, no Estado do Mato Grosso do Sul e tem como principal objeto social a produção de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto e o processamento de biomassa para produção de energia.

A companhia concluiu a construção de sua fábrica no município de Três Lagoas e iniciou sua produção em dezembro de 2012.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

---

c) Madeira Energia S.A. - MESA

A Madeira Energia S.A. – MESA é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, e tem por objetivo a construção e exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio localizada em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, e do seu Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público nº 001/2008-MME.

d) Santo Antônio Energia S.A.

A Santo Antônio Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de janeiro de 2008 e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação e exploração da referida hidrelétrica e seus sistema de transmissão associado.

A construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, que prevê capacidade mínima instalada de 3.150,4 MW, com a implantação de 44 turbinas do tipo "Bulbo" que operam em rios de baixa queda e grande vazão de água, teve seu início no segundo semestre de 2008.

e) LLX Açu Operações Portuárias S.A.

A LLX Açu Operações Portuárias S.A. foi constituída em 11 de abril de 2007 com o objetivo de desenvolver e operar atividades de logística e infraestrutura integradas principalmente no setor portuário.

f) Teles Pires Participações S.A.

A Teles Pires Participações S.A. é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na cidade do Rio de Janeiro. A companhia foi criada com um propósito específico, de participar, estudar, planejar, investir e operar, direta ou indiretamente, na implantação do projeto, construção, operação e gestão da usina hidrelétrica de Teles Pires.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

A usina localizada no rio Teles Pires entre os estados do Pará e Mato Grosso terá potência instalada de 1.820 MW, energia assegurada de 915,4 MW médios e será composta por 5 turbinas Francis Eixo Vertical de 364 MW.

g) Light Serviços de Eletricidade S.A.

A Light Serviços de Eletricidade S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto e tem como controladora a Light S.A.. A companhia tem sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro e tem seu objeto social a distribuição de energia elétrica, por meio de concessão pública iniciada em julho de 1996 com vencimento previsto para julho de 2026.

Sua área de concessão abrange 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital, atendendo a cerca de 4,2 milhões de unidades consumidoras faturadas, correspondentes a uma população de cerca de 10 milhões de pessoas. A energia elétrica requerida para atendimento a seu mercado é adquirida da Eletrobras (Itaipu Binacional), em Leilões de Energia Existente, da UTE Norte Fluminense e do PROINFA.

h) Light Energia S.A.

A Light Energia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, subsidiária da Light S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, que tem como objeto social: (a) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes, com vista à exploração econômica e comercial; (c) prestar serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; (d) ceder onerosamente faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que sejam contabilizadas em separado e que a cessão seja previamente aprovada pela autoridade que outorgue concessão, autorização ou permissão para a companhia realizar quaisquer das atividades previstas em seu objeto social; (e) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto; e, (f) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista. A Light Energia compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Novas, com potência

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

instalada total de 855 MW. O prazo de concessão da companhia é de 30 anos, com vencimento previsto para junho de 2026.

i) Cibe Energia e Participações S.A.

Tem como finalidade a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista, e em atividades de consultoria, assistência técnica e manutenção e administração de empresas relacionadas aos negócios em que a companhia participar, direta ou indiretamente, especialmente no que tange a projetos relacionados à produção de energia, seja de qualquer natureza for, nas esferas municipais, estaduais e/ou federais.

j) ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de Lins, estado de São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009. O objeto social da companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital n° 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na cidade de Castilho, ambas cidades no Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

k) Alupar Investimento S.A.

A Alupar Investimento S.A. é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar participa em empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de participar em 2 empresas *holdings*, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste) e Alupar Inversiones Peru.

l) OAS S.A.

A OAS S.A. e suas controladas tem por objetivo a exploração da atividade de engenharia civil e da indústria da construção civil e pesada, gerenciamento e execução de projetos e obras, compra e venda de imóveis e corretagem, investimento e/ou participação em outras sociedades, consórcios, condomínios, e/ou fundos de investimentos e/ou imobiliários bem como realizar investimentos e/ou participações em infraestrutura inclusive sob a forma de exploração, direta ou indireta mediante controladas ou coligadas, de concessões, permissões ou autorizações de serviço público ou de uso de bem público.

m) MRS Logística S.A.

A MRS Logística S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto constituída em 30 de agosto de 1996 com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

---

n) ALL – América Latina Logística S.A. (Malha Norte/Malha Paulista/Malha Sul)

A ALL – América Latina Logística S.A. foi constituída em 31 de dezembro de 1997, tendo sua sede na cidade de Curitiba, Paraná. Tem como principais objetivos sociais: (i) participar de outras sociedades, empreendimentos e consórcios, cujo objeto seja relacionado com serviços de transporte, inclusive ferroviário; (ii) explorar atividades relacionadas a serviços de transporte, tais como logística, intermodalidade, operação portuária, movimentação e armazenagem de mercadorias, exploração e administração de entrepostos de armazenagem e armazéns gerais; e (iii) adquirir, arrendar ou emprestar locomotivas, vagões e outros equipamentos ferroviários para terceiros.

A companhia opera no transporte ferroviário na região Sul do Brasil, através da ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo através das controladas ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A., ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. Opera na Argentina através de sua controlada ALL – América Latina Logística Argentina S.A. (ALL Argentina), *holding* das empresas ALL - América Latina Logística - Central S.A. (ALL Central) e ALL - América Latina Logística Mesopotàmica S.A. (ALL Mesopotàmica).

o) EPESA – Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.

A Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. EPESA é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Recife, estado de Pernambuco, constituída em 1º de março de 2004 com o objetivo de produzir potência sob a forma de energia elétrica e térmica e realizar a sua comercialização e atividades correlatas. A companhia opera com duas usinas termelétricas, UTE Pau Ferro I e UTE Termomanaus, ambas localizada no município de Igarassu, no estado de Pernambuco.

p) Iracema Transmissora de Energia S.A.

A Iracema Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de novembro de 2007, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços

complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentação em vigor.

A companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção de linha de transmissão com capacidade de 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 400 km, com origem na subestação São João do Piauí, localizada no estado do Piauí, e término na subestação Milagres, no estado do Ceará.

q) TESC – Terminal Santa Catarina S.A.

A TESC - Terminal Santa Catarina S.A. tem por objeto social a construção e operação de instalações portuárias de uso público, especializadas na movimentação e armazenagem de mercadorias, no Porto Organizado de São Francisco do Sul, localizado no estado de Santa Catarina.

A companhia tem como característica principal a de ser um terminal de múltiplo uso com foco em contêiner, mas com estrutura para operar outros tipos de carga, como produtos florestais renováveis, granel sólido de importação e produtos siderúrgicos, como bobinas e chapas de aço.

5 Investimento em ações sem cotação em bolsa

5.1 – Composição

Os investimentos em ações sem cotação em bolsa estão apresentados em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 conforme quadros abaixo:

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

			31 de dezembro de 2012				Resultado de avaliação do investimento em ações - 2012		
Empresas		Saldo Contábil em 31/12/2011	Valor Patrimonial	Ágio	Redução ao valor recuperável	Saldo Contábil em 31/12/2012	Reversão de provisão por redução ao valor recuperável	Equivalência Patrimonial de 2012	Total
Alupar Investimento S.A.	(a)	527.740	291.544	243.007	-	534.551	-	6.811	6.811
Cone S.A.	(b)	576.454	577.263	280.119	(127.049)	730.333	140.297	13.580	153.877
Empresa de Eletricidade Vale	(c)	289.229	-	-	-	-	-	-	-
Energump S.A.	(d)	541.032	380.020	151.274	-	531.294	-	(9.738)	(9.738)
ERS – Energias Renováveis do Brasil S.A.	(e)	13.184	23.652	657	-	24.309	-	(7.449)	(7.449)
Foz do Brasil S.A.	(f)	632.847	295.470	382.484	-	677.954	19.783	25.354	45.137
Foz do Rio Claro Energia S.A.	(g)	49.990	35.096	-	-	35.096	-	(14.894)	(14.894)
Hidrotérmica S.A.	(h)	145.819	43.692	91.273	-	134.965	-	(10.854)	(10.854)
Ijuí Energia S.A.	(i)	33.189	31.623	-		31.623	-	(1.566)	(1.566)
J Malucelli Energia S.A.	(j)	226.790	112.955	178.638	-	291.593	-	(15.804)	(15.804)
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	(k)	30.809	30.744	-	-	30.744	-	(65)	(65)
MDCPAR S.A.	(l)	49.100	21.977	31.615	-	53.592	-	(1.966)	(1.966)
Nova Cibe Energia S.A.	(m)	194.784	-	-	-	-	-	-	-
Odebrecht TransPort S.A.	(n)	1.995.965	791.328	1.279.480	-	2.070.808	-	74.843	74.843
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	(o)	24.276	22.065	-	-	22.065	-	3.067	3.067
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	(p)	24.062	20.519	-	-	20.519	-	1.353	1.353
TOTAL 2012		5.355.241	2.677.948	2.638.547	(127.049)	5.189.446	160.080	62.672	222.752
TOTAL 2011							(207.892)	257.935	50.043

18

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

	Quantidade de ações possuidas (quantidade unitárias)					
	2012			2011		
Empresas	ON	PN	Participação no capital total da sociedade %	ON	PN	Participação no capital total da sociedade %
Alupar Investimento S.A.	9.747.668	19.495.332	17,84%	29.243.000	-	17,84%
Cone S.A.	35.099.302	-	39,75%	35.099.302	-	39,75%
Energimp S.A.	460.437.026	-	45,00%	460.437.026	-	45,00%
ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A.	15.845.450	-	49,90%	8.960.165	-	49,00%
Foz do Brasil S.A.	129.846.574	-	26,53%	129.846.574	-	26,53%
Foz do Rio Claro Energia S.A.	-	40.991.800	49,99%	-	40.991.800	49,99%
Hidrotérmica S.A.	55.667.283	67.796.610	21,33%	55.667.283	67.796.610	21,33%
Ijuí Energia S.A.	-	42.041.590	49,99%	-	42.041.590	49,99%
J Malucelli Energia S.A.	179.681	-	40,81%	85.556	-	36,49%
Logbras Participações e Desenvolvimento Logistico S.A.	30.750.000		45,00%	30.750.000		45,00%
MDCPAR S.A.	126.345		38,00%	95.810		38,00%
Odebrecht Transport S.A.	54.642.462	-	30,00%	73.039.738	-	30,00%
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	-	17.523.345	39,99%	-	21.904.181	49,99%
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	-	18.069.239	39,99%	-	22.586.549	49,99%
Nova Cibe Energia S.A.	-	-	-	313.195.150	-	49,65%
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	-	-	-	29.468.527	58.937.056	37,08%
	792.341.791	205.917.916		1.165.888.191	254.257.786	

19

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

---

a. **Alupar Investimento S.A.**

A Alupar Investimento S.A. ("Alupar") é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou cotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar participa em empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de participar em 2 empresas *holdings*, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste) e Alupar Inversiones Peru.

Em 05 de julho de 2012, o Fundo recebeu R$ 8.484 a título de distribuição de dividendos de acordo com a participação acionária detida pelo Fundo na companhia.

Por meio de ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de novembro de 2012, o Fundo converteu 19.495.332 ações ordinárias de emissão da Alupar em ações preferenciais, à razão de 1 (uma) ação ordinária para 1 (uma) ação preferencial.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 22 de fevereiro de 2013.

b. **Cone S.A.**

A Cone S.A. é uma entidade domiciliada na cidade de Recife, estado de Pernambuco, constituída em 06 de abril de 2010 por meio da contribuição de ativos e projetos detidos pela antiga controladora, Moura Dubeux Engenharia S.A. Em desenvolvimento desde 2007, tem o objetivo de prover a infraestrutura e competências logísticas integradas para regiões próximas a polos de investimentos, com foco no nordeste do Brasil, com o objetivo de explorar o potencial logístico e de infraestrutura industrial por meio da implantação e exploração de empreendimentos logísticos e de

infraestrutura industrial na região do Complexo Portuário e Industrial de Suape, em Pernambuco.

A Cone S.A., através de uma plataforma multiempreendimentos visa atender a uma necessidade do mercado formada pela demanda por áreas dotadas de infraestrutura de qualidade que sejam capazes de abrigar empreendimentos e, ao mesmo tempo, prover serviços e competências logísticas para atender a demanda oriunda da região de influência direta do Complexo Portuário de Suape.

Em 16 de março de 2012, o Fundo integralizou recursos na Cone S.A. no montante de R$ 52.600, cujas ações foram subscritas pelo Fundo em 27 de setembro de 2010, por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária da companhia.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 28 de março de 2013.

c. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.

A Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. ("Companhia" ou "EEVP") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo – SP, controlada pela Denerge – Desenvolvimento Energético S.A. ("Denerge"), que atua exclusivamente como holding, controladora de participações societárias, tendo como objetivo principal a participação acionária em empresas controladas e coligadas, diretas e relativas (indiretas), vinculadas à atividade de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como atividades necessárias ou úteis à consecução do seu objeto social ou com ele relacionado. A Companhia detém investimento na controlada direta, Rede Energia S.A. que tem por objetivo a produção, transmissão, transformação e distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão legal e nos termos da legislação em vigor, podendo participar de outras sociedades congêneres e exercer atividades necessárias ou úteis à consecução do seu objeto social ou com ele relacionado.

Em 22 de novembro de 2012 o FI-FGTS ("Fundo") exerceu a opção de venda da totalidade das ações de emissão da EEVP de sua titularidade em face da Denerge – Desenvolvimento Energético S.A. ("Denerge"), controladora da EEVP, conforme previsto no "Instrumento Particular de Outorga de Opção de Venda e Permuta de Ações" celebrado entre o FI-FGTS e a Denerge, em 09 de agosto de 2010, pelas razões dispostas na Notificação de Exercício da Opção de Venda.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

O exercício da opção de venda foi precedido de uma série de notificações que alertavam a EEVP e a Denerge quanto ao descumprimento dos compromissos assumidos perante o FI-FGTS no Acordo de Investimentos e nos demais documentos que regulam o investimento do Fundo na Companhia.

Devido ao exercício da opção de venda, o FI-FGTS, até então acionista da companhia EEVP, passa a condição de credor da Denerge, não mais exercendo seus direitos de outrora enquanto acionista, assim não mais se fazendo representar em Reuniões de Conselho ou Assembleias de Acionistas e não perfazendo direitos econômicos de acionistas.

Portanto, com o exercício da opção de venda, a Denerge foi notificada para efetuar o pagamento do preço do exercício, no montante de R$ 712.520, no prazo e condição dispostas nos instrumentos firmados quando do investimento em 2010.

Tendo em vista o protocolo de pedido de recuperação judicial da Denerge e demais empresas do Grupo, em data posterior ao exercício da opção de venda, porém antes do efetivo pagamento devido pelo exercício da opção de Venda, o FI-FGTS foi listado como credor, na classe de créditos com garantia real dentro do processo de Recuperação Judicial.

Em 15 de março de 2013, foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial conjunto da Rede Energia S.A., Companhia Técnica de Comercialização de Energia, QMRA Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema S.A. (EEVP), conjuntamente denominadas "Grupo Rede", com o objetivo de permitir ao Grupo Rede (i) equacionar sua situação econômico-financeira, (ii) levantar a intervenção nas Concessionárias Rede e (iii) atender aos interesses e preservar os direitos dos credores, estabelecendo a fonte de recursos, condições e cronogramas de pagamentos, de forma a viabilizar a manutenção das atividades relativas à distribuição, comercialização e geração de energia desenvolvidas pelo Grupo Rede, preservando as concessões outorgadas às Concessionárias do Grupo Rede e o pleno atendimento aos serviços públicos à população das respectivas áreas de concessão.

O plano apresentado pelo Grupo Rede traz propostas de equacionamento das dívidas detidas pelas recuperandas, dentre elas a representada pelo crédito do FI-FGTS, a qual se encontra na classe dos créditos com garantia real. Conforme o mencionado Plano, o proponente apresenta como condições ao FI-FGTS, a partir da data de aprovação até 30 de julho de 2051, inclusive, na forma, condições e em prazo nele descritos,

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

pagamento do valor absoluto da dívida titularidade do FI-FGTS, verificando-se o claro reconhecimento da preservação do crédito do FI-FGTS no valor de R$ 712.520.

Apesar da recente apresentação do Plano, tendo em vista que este está previsto para ser analisado e deliberado em Assembleia Geral dos Credores a serem realizadas no mês de junho de 2013, existem incertezas relacionadas à definição das condições finais de recebimento do crédito, que envolvem, entre outras, a negociação em curso no âmbito da Assembleia de Credores e a necessidade de validação da capacidade financeira das recuperandas, após a aprovação do Plano.

Desta forma, a Administradora, de modo conservador e a evitar ajustes que apresentam alteração relevante nos dados patrimoniais do FI-FGTS, neste momento, decide por manter o saldo desse Ativo em 31 de dezembro de 2012, ao mesmo valor contábil registrado antes do exercício da opção de venda, no montante de R$ 275.397, reclassificando-o, da rubrica "Ações sem cotação em bolsa" para a rubrica "Valores a receber".

Esse montante não reflete o valor de realização do ativo na avaliação da Administradora, tendo em vista as propostas apresentadas no âmbito da Recuperação Judicial, as quais apresentam preservação do valor corrigido aportado pelo FI-FGTS.

d. **Energimp S.A.**

A Energimp S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, foi constituída em 15 de março de 2000, tendo como objetivo a exploração, por meio de participação em consórcios ou em outras sociedades de usinas de geração de energia elétrica, nas formas permitidas em lei e mediante a obtenção das correspondentes concessões e autorizações; a importação de bens e serviços relacionados com os objetivos mencionados; e a participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 15 de fevereiro de 2013.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

---

e. **ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A.**

A ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como principais objetivos (i) o desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimentos de produção de biomassa e/ou industrialização de matéria-prima combustível a partir de biomassa destinado à produção de energia térmica e/ou energia elétrica para o fornecimento a terceiros; (ii) a comercialização de energia gerada em tais empreendimentos; (iii) a realização de estudos, gerenciamento, supervisão, operação e manutenção dos referidos empreendimentos; e (iv) a plantação e desenvolvimento de florestas ou cultivo de outras culturas para fins energéticos.

Por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de janeiro de 2012 foi aprovada o aumento do capital social da companhia em R$ 6.614 mediante a emissão de 2.452.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O Fundo integralizou em 03 de fevereiro de 2012, 1.226.000 ações ordinárias no montante de R$ 3.307.

A ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de março de 2012 aprovou novo aumento de capital social da companhia em R$ 20.010 mediante a emissão de 7.418.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O Fundo integralizou em 27 de março de 2012, 3.709.000 ações ordinárias no montante de R$ 10.005.

A ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de junho de 2012 aprovou novo aumento de capital social da companhia em R$ 3.021 mediante a emissão de 1.120.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O Fundo integralizou em 20 de julho de 2012, 560.000 ações ordinárias no montante de R$ 1.511.

A ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de julho de 2012 aprovou novo aumento de capital social da companhia em R$ 2.501 mediante a emissão de 927.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O Fundo integralizou em 31 de agosto de 2012, 463.000 ações ordinárias no montante de R$ 1.250.

A ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de outubro de 2012 aprovou novo aumento de capital social da companhia em R$ 5.000 mediante a emissão de 2.350.523 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O Fundo integralizou em 31 de outubro de 2012, 926.785 ações ordinárias no montante de R$ 2.500.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 08 de março de 2013.

f. **Foz do Brasil S.A.**

A Foz do Brasil S.A. foi constituída em 24 de janeiro de 2008 e, por meio de suas controladas, tem como objetivo investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco em três segmentos: (i) água e esgoto – concessões públicas de água e esgoto; (ii) operações industriais – terceirização de centrais de utilidades; e (iii) resíduos – diagnóstico e remediação de áreas contaminadas, monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, e valorização energética dos resíduos sólidos urbanos.

A Foz do Brasil S.A. e suas controladas são parte integrante da Organização Odebrecht, controlada pela Odebrecht Engenharia Ambiental.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 07 de março de 2013.

g. **Foz do Rio Claro Energia S.A.**

A Foz do Rio Claro Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico e foi constituída em 16 de janeiro de 2006 com a finalidade de explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Claro, municípios de São Simão e Caçu, no estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Engenheiro José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 22 de fevereiro de 2013.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

---

h. **Hidrotérmica S.A.**

Ações ordinárias

A Hidrotérmica S.A. é uma entidade domiciliada no Brasil e tem por objeto social a execução de empreendimentos de geração e comercialização de energia elétrica, estudos, gerenciamento, supervisão e projetos de empreendimentos energéticos e operação de usinas hidrelétricas.

A companhia opera essencialmente com Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Usinas Termelétricas (UTEs), cujos prazos de concessão são de 25 e 15 anos, respectivamente.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes que emitiram relatório, datado de 31 de março de 2013, que continha ressalvas quanto: (i) a companhia detêm 84% de participação no patrimônio líquido da UTE Central Energética Palmeiras S.A.. A documentação da propriedade do ativo imobilizado da referida UTE está em nome da controladora da Hidrotérmica S.A. (Bolognesi Participações S.A.), detentora de 16% de participação, a qual foi responsável pela administração e gerenciamento da construção. O valor do patrimônio líquido da investida indireta em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 40.768; (ii) as investidas Autódromo, Boa Fé, Criúva e Serrana, têm registrado em seus ativos o montante de R$ 50.089 relativo a créditos a receber de clientes, que se encontram em processo de recuperação judicial, não havendo provisão para créditos de liquidação duvidosa. Como consequência, não foi possível obter evidencia de auditoria apropriada e suficiente para formar uma opinião sobre os investimentos da controladora e as contas a receber da controlada, bem como a suficiência de provisão para perda do valor recuperável desse investimento e contas a receber e determinar se havia necessidade de ajustes nos valores acima mencionados e seus respectivos efeitos no ativo, resultado e no patrimônio líquido da Hidrotérmica S.A..

i. **Ijuí Energia S.A.**

A Ijuí Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico que tem por objeto (i) explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Ijuí, municípios de Rolador e Salvador das Missões, denominada Usina Hidrelétrica São José, bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora; e (ii) a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

A Ijuí Energia S.A. é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A..

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 22 de fevereiro de 2013.

j. **J Malucelli Energia S.A.**

A J Malucelli Energia S.A. tem sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, e tem por objeto social a exploração do ramo de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, geração hidrelétrica e térmica, mediante autorização do Poder Público, importação e comercialização de energia, participação em licitações na privatização de empresas distribuidoras de energia elétrica, representação comercial e comércio de produtos, bens e serviços ligados aos empreendimentos que compõem o objeto social, participação em outras sociedades no país e no exterior, como sócio cotista ou acionista em projetos e empreendimentos ligados ao objeto social.

Por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de fevereiro de 2012 foi aprovado o aumento no capital social da companhia no montante de R$ 50.000 mediante a emissão de 17.112 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas pelo Fundo em 22 de fevereiro de 2012.

Por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de julho de 2012 foi aprovado o aumento no capital social da companhia no montante de R$ 75.000 mediante a emissão de 188.710 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo integralizadas pelo Fundo 77.013 ações no montante de R$ 30.608 em 02 de agosto de 2012.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório datado de 07 de fevereiro de 2013, com ressalvas quanto a duas empresas investidas da companhia pelo fato de terem iniciado a revisão dos parâmetros de apuração dos valores do "Contas a Receber", que não foi concluída até a data de emissão do relatório de auditoria de cada investida, como consequência, não foi praticável avaliar, em 31 de dezembro de 2012, a adequação de parte do saldo do "Contas a Receber", no montante de R$ 9.304, de uma investida e do saldo do "Contas a Receber" e "Fornecedores", nos montantes de R$ 77.982 e R$ 13.298, respectivamente, da outra investida e os possíveis impactos nas demonstrações

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

financeiras destas investidas. Consequentemente, não foi possível mensurar os efeitos nos investimentos e no resultado de equivalência patrimonial da J Malucelli Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012. Ademais, o relatório dos auditores independentes da companhia contém parágrafo de ênfase devido à companhia apresentar, em 31 de dezembro de 2012, indicativo de existência de dependência financeira de determinadas investidas pré-operacionais em relação aos seus acionistas ou terceiros, para conclusão dos projetos e para a manutenção de suas atividades operacionais quando entrarem em operação e, a consequente, recuperação dos valores registrados em seus ativos não circulantes. Adicionalmente, duas companhias investidas da J Malucelli Energia S.A. dependem da obtenção de licenças ambientais e Termo de Liberação Provisória – TLP para dar continuidade à construção de suas linhas de transmissão de maneira a permitir o subsequente início de suas operações.

k. **Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.**

A Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A. foi constituída em 18 de maio de 2011 sendo transformada em sociedade por ações, de capital fechado, em 04 de outubro de 2011, e tem por objeto social a participação em sociedades de propósito específico, para o desenvolvimento de parques logísticos, onde serão construídos empreendimentos imobiliários relacionados a logística e indústria leve.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo do Fundo pendente de integralização na companhia monta R$ 15.750 e está registrado na rubrica "Ações a liquidar", no passivo.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 06 de março de 2013.

l. **MDCPAR S.A.**

A MDCPAR S.A. foi constituída em 22 de janeiro de 2007 e tem por objeto social, a partir de reforma estatutária introduzida em novembro de 2011, o desenvolvimento, implantação e/ou operação, sob qualquer forma, de negócios, projetos e empreendimentos nas áreas de logística, energia, petróleo e gás natural.

Por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2012 foi aprovado o aumento no capital social da companhia no montante de R$ 6.458 mediante a emissão de 30.535 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas pelo Fundo e registradas na rubrica "Ações a liquidar", no

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

passivo, em 31 de dezembro de 2012. O Fundo integralizou os recursos na companhia em 11 de janeiro de 2013.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 25 de fevereiro de 2013.

m. Nova Cibe Energia S.A.

A Nova Cibe Energia S.A. tem como objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou internacionais, personificadas ou não, na qualidade de sócio ou acionista em projetos relacionados à produção de energia.

Em 24 de dezembro de 2012 ocorreu a reestruturação do investimento do Fundo detido na Nova Cibe Energia S.A. ("Nova Cibe"), por meio da qual o Fundo trocou a sua posição em participação (ações) por posição em dívida (debêntures).

O Fundo detinha 313.195.150 ações da Nova Cibe em 21 de dezembro de 2012, no montante de R$ 194.784, atualizado pelo método de equivalência patrimonial e revisado anualmente para avaliação da necessidade de reconhecimento de eventual perda por redução ao valor recuperável. As ações foram alienadas para a Cibe Energia e Participações S.A. ("Cibe Energia") em 24 de agosto de 2012, conforme "Contrato de Compra e Venda de Ações" firmado nessa mesma data, pelo montante de R$ 387.900, que foi obtido por meio do saldo acumulado dos aportes de capital efetuados pelo Fundo na Nova Cibe corrigidos pelo IPCA acrescido da taxa de 10% ao ano, incidente a partir da data de cada integralização de capital feita pelo Fundo até a data do evento. O resultado positivo obtido pelo Fundo na alienação das ações da Nova Cibe no montante de R$ 193.116 foi registrado na rubrica "Lucro na alienação de ações".

As condições de pagamento da operação, conforme previsto no contrato, são as seguintes:

. R$ 15.000 a título de sinal, registrado na rubrica "Valores a receber", e
. R$ 372.900 por meio da emissão de debêntures da Cibe Energia ao Fundo divididas em duas séries: 1ª série no valor de R$ 240.000 a ser atualizada pelo IPCA acrescido de 10% ao ano e 2ª série no valor de R$ 132.900 a ser atualizada pelo IPCA acrescido de 11% ao ano.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

O valor das debêntures atualizadas até 31 de dezembro de 2012, conforme critérios acima descritos, monta a R$ 253.660 na 1ª série e R$ 140.930 na 2ª série, e o resultado gerado na atualização destas durante o período de 24 de agosto a 31 de dezembro de 2012 totaliza R$ 20.574 e está registrado na rubrica "Renda de títulos e valores mobiliários".

n. **Odebrecht TransPort S.A.**

A Odebrecht TransPort S.A. ("OTP"), cuja razão social até 14 de setembro de 2012 era OTP TransPort S.A., foi constituída em 17 de junho de 2010 e tem por objeto social (i) a participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou centros logísticos industrial aduaneiros; (ii) a operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e (iii) participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens "i" e "ii" acima.

A companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A.

O Fundo investia na Odebrecht TransPort Participações S.A. ("OTPP"), e em 2012, essa companhia passou por um processo de reestruturação societária com objetivos principais da gestão das atividades e investimentos no segmento de transportes e logística de forma mais eficiente e simplificação de estruturas societárias com consequente redução de custos administrativos. Referido processo ocorreu em etapas:

Em 30 de outubro de 2012, ocorreu a incorporação das ações da OTPP pela OTP TransPort Participações S.A. ("OTPT"), na forma do artigo 252 da Lei nº 6.404/76, com a conversão da OTPP em subsidiária integral da OTPT. Em decorrência desse evento foi atribuída 1,079931434037 ação ordinária de emissão da OTPT para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da OTPP incorporada. Referida relação de substituição das ações da OTPP pelas ações da OTPT levou em consideração a avaliação econômico-financeira das companhias a que praticamente o único ativo da

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

OTPT é seu investimento na OTPP, de forma que foram emitidas 78.877.909 novas ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, da OTPT para o Fundo em substituição às ações detidas por este último na OTPP.

Em 09 de novembro de 2012, ocorreu a incorporação da totalidade das ações de emissão da OTPT pela OTP, nos termos do artigo 252 da Lei das S.A., com a conversão da OTPT em subsidiária integral da OTP. Em decorrência desse evento foi atribuída 0,692747344507 ação ordinária de emissão da OTP para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da OTPT incorporada. Referida relação de substituição das ações da OTPT pelas ações da companhia levou em consideração a avaliação patrimonial das companhias e que praticamente o único ativo da OTP é seu investimento na OTPT, de forma que foram emitidas 54.642.462 novas ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, da OTP, sendo destinados R$ 54.642 para aumento de Capital e R$ 645.320 para Reserva de Capital, que foram subscritas e integralizadas em favor do Fundo, único acionista da OTPT, além da OTP e antigo detentor exclusivo de ações da OTPT incorporadas, que assim recebeu novas ações ordinárias da OTP.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 25 de fevereiro de 2013.

o. **Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.**

A Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. ("Lavrinhas"), é uma sociedade de propósito específico, e tem como objetivo construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Lavrinhas, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. Essa central hidrelétrica encontra-se instalada no município de Lavrinhas - SP, no limite entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Em 09 de outubro de 2012, a Alupar Investimento S.A. ("Alupar") exerceu a opção de compra que detinha contra as ações do Fundo de emissão de Lavrinhas, conforme previsto no "Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra das Ações Preferenciais de Emissão da Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.", datado de 02 de outubro de 2008, celebrado entre a Alupar, a Enixe Energias e Participações Ltda. e o Fundo.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

O preço de compra é definido com preço de emissão de cada ação subscrito pelo Fundo, atualizado pelo IPCA e acrescido a 7,8% de juros ao ano, desde a data da integralização de cada ação até a data do efetivo pagamento, deduzidos os valores de juros ou dividendos recebidos nesse período.

A Alupar exerceu a opção de compra sobre 20% da totalidade das ações preferenciais detidas pelo Fundo, que corresponde a 4.380.836 ações pelo montante de R$ 7.168. Com isso o Fundo, passou a deter participação de 39,99% de ações de emissão de Lavrinhas.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 22 de fevereiro de 2013.

p. **Usina Paulista Queluz de Energia S.A.**

A Usina Paulista Queluz de Energia S.A. ("Queluz") é uma sociedade de propósito específico, e tem como objetivo construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Queluz, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. Aquela central hidrelétrica encontra-se instalada no município de Queluz - SP, no limite entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Em 09 de outubro de 2012, a Alupar Investimento S.A. ("Alupar") exerceu a opção de compra que detinha contra as ações do Fundo de emissão de Queluz conforme previsto no "Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra das Ações Preferenciais de Emissão da Usina Paulista Queluz de Energia S.A." datado de 02 de outubro de 2008 celebrado entre a Alupar, Enixe Energias e Participações Ltda. e o Fundo.

O preço de compra é definido com preço de emissão de cada ação subscrito pelo Fundo, atualizado pela TR e acrescido a 9% de juros ao ano, desde a data da integralização de cada ação até a data do efetivo pagamento, deduzidos os valores de juros ou dividendos recebidos nesse período.

A Alupar exerceu a opção de compra sobre 20% da totalidade das ações preferenciais detidas pelo Fundo, que corresponde a 4.517.310 ações pelo montante de R$ 6.528. Com isso o Fundo, passou a deter participação de 39,99% de ações de emissão de Queluz.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 22 de fevereiro de 2013.

5.2 - Ações preferenciais resgatáveis Hidrotérmica S.A.

O Fundo adquiriu em 20 de abril de 2011, 67.796.610 ações ordinárias preferenciais, resgatáveis e conversíveis em ações ordinárias, de classe "A", nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, *pro rata temporis*, sobre o valor correspondente a R$ 200.000, atualizados pela variação acumulada do IPCA, desde a data da subscrição das ações em questão até a data de cada pagamento de dividendos. O resgate das ações será realizado em 11 parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro resgate em 20 de abril de 2015.

O saldo das ações preferenciais atualizado pelo IPCA em 31 de dezembro de 2012 monta a R$ 218.832 (R$ 207.280 em 2011) e os dividendos mínimos cumulativos totalizam R$ 26.517 (R$ 9.971 em 2011).

Os investimentos em ações preferenciais resgatáveis estão apresentados em 31 de dezembro de 2012 conforme quadro abaixo:

Empresa	Data de Emissão	Data Inicio do Resgate	Data Final de Vencimento	Valor emissão	Valor em 31/12/2011
Hidrotérmica S.A.	20/04/2011	20/04/2015	20/04/2025	200.000	218.832
TOTAL				**200.000**	**218.832**

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

5.3 – Resultado de equivalência patrimonial e redução ao valor recuperável

As demonstrações financeiras das respectivas empresas investidas foram disponibilizadas nos meses de fevereiro a abril de 2013. Com base nessas demonstrações financeiras foi aplicado o método de equivalência patrimonial, cujo resultado positivo de equivalência patrimonial contabilizado no exercício de 2012 monta a R$ 62.672 (em 2011 - R$ 257.935), e está registrado na rubrica "Resultado de equivalência patrimonial".

Em 31 de dezembro de 2012 os valores recuperáveis dos investimentos, incluindo os ágios, foram analisados com base em Avaliações Econômicas Financeiras elaboradas por empresas especializadas independentes, considerando o percentual de participação detido pelo Fundo, como o objetivo de verificar a existência de indícios de perda do valor recuperável dos investimentos. Considerando o resultado das referidas avaliações, foi registrado em 31 de dezembro de 2012 reversão de provisão de perda do valor recuperável dos investimentos no montante de R$ 160.080 (em 2011 – constituição de provisão de R$ 207.892), sendo registrado contabilmente na rubrica de "(Redução)/reversão ao valor recuperável do investimento".

6 Comitê de investimento

O comitê de investimento do Fundo é composto por 12 membros e respectivos suplentes, sendo:

a) 6 membros representantes da sociedade civil com assento no Conselho Curador do FGTS, sendo 3 da bancada de trabalhadores e 3 da bancada patronal; e

b) 6 membros representantes dos órgãos e entidades do Governo Federal com assento no Conselho Curador do FGTS, sendo 1 membro do Ministério do Trabalho e Emprego, 1 membro do Ministério da Fazenda, 1 membro do Ministério das Cidades, 1 membro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1 membro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e 1 membro da Caixa Econômica Federal.

Os membros do Comitê de Investimento são técnicos aprovados e designados pelo Conselho Curador, a partir de indicação dos órgãos e entidade do Governo e das bancadas da Sociedade Civil que o integram. Os membros do Comitê de Investimento do Fundo têm mandato de 2 anos, admitida a recondução. O presidente do Comitê de Investimento deverá ser eleito por, no mínimo, 7 de seus membros, com prazo de mandato de um ano. A presidência será alternada a cada mandato entre representantes da sociedade civil e

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

representantes dos órgãos e entidades do Governo Federal. A eleição do presidente do Comitê de Investimento importará a do vice-presidente, componente da mesma representação da do presidente e indicado previamente à eleição. Em caso de ausência do presidente e vice-presidente às reuniões, os membros do Comitê de Investimento deverão eleger, por maioria simples dos presentes, representante para presidir, exclusivamente, a reunião em que o fato ocorrer.

De acordo com a Instrução CVM n° 462, de 26 de novembro de 2007, compete ao Comitê de Investimento, previsto na Lei n° 11.491, de 20 de junho de 2007, submeter ao Conselho Curador do FGTS proposta de política de investimento do Fundo e aprovar os investimentos e desinvestimentos do Fundo.

7 Integralização e resgate de cotas

A subscrição inicial de recursos do Fundo correspondeu a R$ 5.000.000 e foi integralizado da seguinte forma:

a) o valor de R$ 50.000 foi integralizado em até 30 dias após o registro do Fundo na CVM; e

b) o restante foi integralizado após aprovação dos projetos pelo Comitê de Investimento nos respectivos valores.

As integralizações são efetuadas pelo valor da cota apurada no fechamento do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor em favor do Fundo, observado o horário fixado pela Administradora. O valor da cota corresponde à divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de cotas emitidas.

Após a aplicação integral do valor inicial, a Administradora poderá propor ao CCFGTS subscrições adicionais de parcelas de R$ 5.000.000 cada, até ser atingido o valor limite de R$ 32.810.539, equivalentes a 80% do patrimônio líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro de 2011.

As integralizações de recursos ocorridas desde o início das atividades do Fundo estão demonstradas abaixo:

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

	Quantidade de cotas emitidas	Montante integralizado (R$)
Aporte inicial em 01/07/2008	50.000.000,0000	50.000
Demais aportes em 2008	8.852.166.037,3926	9.249.032
Demais aportes em 2009	4.129.111.991,3825	4.508.537
Demais aportes em 2010	2.964.626.548,4876	3.469.000
Demais aportes em 2011	527.999.391,7071	649.367
Demais aportes em 2012	2.858.069.264,9930	3.757.854
Total aportado até 31/12/2012	**19.381.973.233,9628**	**21.683.790**

Somente haverá resgate de cotas do Fundo quando deliberado pelo CCFGTS.

Em 28 de agosto de 2012, com base na Resolução n° 699 do CCFGTS, foi alterado o regulamento do Fundo, no artigo relacionado ao valor subscrito, que passou a ter a seguinte redação:

"Artigo 17 – Após a aplicação integral do valor inicial, a ADMINISTRADORA poderá propor, ao Agente Operador do FGTS, integralizações adicionais de parcelas de até R$ 5.000.000 cada, até ser atingido o valor limite de R$ 32.810.539, equivalente a 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido do FGTS, registrado em 31 de dezembro de 2011, acrescido de R$ 2.000.000 destinados à integralização de cotas do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS pelos cotistas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, totalizando R$ 34.810.539.

Parágrafo Único – As propostas para subscrições e integralizações adicionais serão apresentadas pela ADMINSTRADORA ao Agente Operador do FGTS, que as submeterá à aprovação do Conselho Curador do FGTS."

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

8 Gerenciamento de riscos

a. Tipos de riscos

Risco de Mercado

Está relacionado à maior ou menor desvalorização das cotas do Fundo, devido às alterações nas condições macro/micro econômicas e/ou políticas, nacionais e internacionais, que podem impactar o mercado, tais como: oscilações nas taxas de juros prefixadas ou pós-fixadas, índices de preços, taxa de câmbio, preços das ações e/ou índices do mercado acionário. Pelo fato de o Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo aplica manterem seus ativos avaliados diariamente a preços de mercado, nos casos em que houver queda no valor dos ativos, o patrimônio líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. As perdas podem ser temporárias, não existindo, contudo, garantias de que possam ser revertidas ao longo prazo. As oscilações do mercado podem afetar com maior intensidade o preço dos ativos de longo prazo.

Risco relacionado às companhias alvos e às sociedades investidas

Uma parcela significativa dos investimentos do Fundo é feita em participações ou investimentos relacionados a participações que, por sua natureza, envolvem risco do negócio, financeiros, do mercado e/ou legais. Ao mesmo tempo em que tais investimentos oferecem uma oportunidade de rendimento significativo, também envolvem alto grau de risco que pode resultar em perdas substanciais. Não se pode garantir que o administrador e/ou o comitê de investimento irão avaliar corretamente a natureza e a magnitude dos vários fatores que podem afetar o valor de tais investimentos. Movimentos de preço e do mercado em que são feitos os investimentos do Fundo podem ser voláteis e uma variedade de outros fatores inerentes aos mesmos e de difícil previsão, tais como acontecimentos econômicos e políticos nacionais e internacionais podem afetar de forma significativa os resultados das atividades do Fundo e o valor de seus investimentos. Consequentemente, o desempenho do Fundo em um período específico não pode ser necessariamente um indicativo dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

O Fundo investirá na companhia alvo e indiretamente nas sociedades controladas pela companhia alvo, as quais atuam em setores regulamentados, como por exemplo, os setores de energia elétrica, saneamento, ferrovias, portos, rodovias. As operações de tais sociedades estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a um maior grau de regulamentação tanto em decorrência de novas

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

exigências quanto de regulamentação de mercados anteriormente não regulamentados. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais dessas sociedades. Dessa forma, a criação de regulamentação ou a alteração das já existentes pode afetar de forma adversa o desempenho dessas sociedades e do Fundo. Além disso, não há garantia de que essas sociedades acompanhem *pari passu* o desempenho do seu respectivo setor.

Risco de Crédito

Está relacionado à possibilidade dos emissores ou contrapartes dos ativos que fazem ou venham a fazer parte da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimentos nos quais o Fundo investe não cumprirem suas obrigações de pagamento do principal e dos respectivos juros de suas obrigações, por ocasião dos vencimentos finais e/ou antecipados. Adicionalmente, os contratos de derivativos estão eventualmente sujeitos ao inadimplemento da contraparte e à possibilidade da instituição garantidora não poder honrar sua liquidação.

Risco de Liquidez

Está relacionado à possibilidade de o Fundo não ter recursos necessários para o cumprimento de suas obrigações de pagamento de resgates de cotas deliberados pelo Conselho Curador do FGTS nos prazos legais ou no montante solicitado, em decorrência de condições atípicas de mercado ou possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos ativos componentes da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo investe, por condições específicas atribuídas a tais ativos ou aos mercados em que são negociados. A falta de liquidez no mercado também pode ocasionar a alienação dos ativos por valor inferior ao efetivamente contabilizado e pode afetar com maior intensidade os ativos de longo prazo. Essas dificuldades podem se estender por períodos longos e serem sentidas mesmo em situações de normalidade nos mercados.

b. **Gerenciamento de riscos**

A Administradora possui uma área de risco responsável pelo controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos a que estão expostos os investimentos do Fundo. Para o gerenciamento do risco são utilizados modelos estatísticos, tais como o VaR ("Value at Risk") que mensura a perda máxima esperada, dado um nível de confiança e um período de análise, em condições normais de mercado e a análise de "stress" que é utilizada para estimar a perda potencial, considerando-se um certo nível de confiança, sob as condições mais adversas de mercado ocorridas em determinado período, ou sob

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

cenários de "stress". O controle do risco de crédito é realizado por meio de uma política de crédito e um processo de análise dos emissores dos ativos financeiros atendendo à política de investimento do Fundo.

A despeito da diligência da Administradora na defesa dos interesses dos cotistas e na busca pela constituição de instrumentos mitigadores de risco, não há garantia de que os recursos investidos estarão imunes à influência dos riscos mencionados.

O Fundo não realizou operações com instrumentos derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

9 Taxa de administração

A taxa de administração paga pelo Fundo corresponde a 1,0% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzidos os valores aplicados em disponibilidades. Sobre as disponibilidades, incide a taxa de administração de 0,10% ao ano. De acordo com o regulamento do Fundo, as disponibilidades referem-se às aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e saldo de caixa. A remuneração e provisionada diariamente sobre o patrimônio líquido do Fundo e paga mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A correspondente despesa, no exercício, foi R$ 175.531 (em 2011 - R$ 159.207).

A taxa de administração não compreende os serviços de custódia, controladoria e demais serviços contratados pelo Fundo e é vedada a cobrança de taxa de performance.

10 Encargos e despesas debitadas ao Fundo

Os encargos e as despesas debitados ao Fundo e os seus respectivos percentuais em relação ao patrimônio líquido médio do exercício de R$ 23.081.800 (R$ 19.861.305 em 2011) são os seguintes:

	Taxa de Administração		Outras despesas	
	R$	%	R$	%
31 de dezembro de 2012	175.531	0,76	853	-
31 de dezembro de 2011	159.207	0,80	271	-

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

11 Custódia

As operações compromissadas e os títulos públicos federais estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil e as ações estão registradas nos Livros de Registro de Ações das empresas investidas. O Fundo possui debêntures escriturais e debêntures registradas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

12 Legislação tributária

Conforme a Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007, são isentos de imposto de renda os ganhos do Fundo. A atual legislação fiscal estabelece que os recursos estão sujeitos a alíquota zero no que se refere ao Imposto sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF/Títulos).

13 Valor da cota e rentabilidade do Fundo

A rentabilidade do Fundo e o valor da cota de encerramento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foram os seguintes:

Data	Valor da cota (R$)	Rentabilidade anual (%)
31 de dezembro de 2010	1,181760	-
31 de dezembro de 2011	1,271922	7,63
31 de dezembro de 2012	1,363773	7,22

14 Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

15 Contrato de prestação de serviços

A Administradora contratou o Banco Bradesco S.A., para prestar serviços de tesouraria, custódia, controle de ativos e passivos relativos ao Fundo.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

16 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, o Fundo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, somente contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço ao Fundo. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

17 Eventos subsequentes

(a) Em 24 de janeiro de 2013, o Fundo recebeu R$ 64.247 referente à amortização antecipada da 2a série de debêntures da Cibe Energia e Participações S.A. em virtude da alienação de ações representativas de 80% do capital da Energética Suape II S.A..

(b) Em 07 de fevereiro de 2013, o Fundo firmou "Boletim de Subscrição e Declaração de Integralização do Fundo de Investimento em Participações Sondas" e " Instrumento Particular de Compromisso de Investimento" nos quais o Fundo se compromete a subscrever e integralizar 634.146.341 cotas de emissão do Fundo de Investimento em Participações Sondas, bem como pagar as respectivas taxas de ingresso, perfazendo o montante de R$ 650.000.

Em 10 de maio de 2013, o Fundo integralizou recursos no montante de R$ 199.918 no Fundo de Investimento em Participações Sondas, sendo que R$ 4.876 refere-se a taxa de ingresso e R$ 195.042 refere-se ao preço de aquisição de cotas do fundo.

(c) Em 19 de fevereiro de 2013, o Fundo adquiriu 1.850 debêntures emitidas pela Sete Brasil Participações S.A. ao preço de R$ 1.000 (um milhão de reais) cada. Os recursos obtidos com a emissão das debêntures serão utilizadas para o financiamento do programa de investimentos da emissora, que envolve a construção de 28 sondas de águas ultra profundas a serem construídas no Brasil e afretadas pelas subsidiárias da companhia para a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

(d) Por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de fevereiro de 2013 foi aprovado o aumento de capital na ERB - Energias Renováveis do Brasil S.A., no montante de R$ 5.000, mediante a emissão de 1.853.570 ações ordinárias

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

nominativas e sem valor nominal, sendo que o Fundo subscreveu 926.785 ações, no montante de R$ 2.500, as quais foram integralizadas em 14 de março de 2013.

(e) Em 28 de março de 2013, visando o processo de abertura de capital da Alupar Investimento S.A., a companhia adotou a estratégia de desdobramento ou "*split*" de suas ações ordinárias e preferenciais, na proporção de 03 (três) unidades para cada unidade atual, com a finalidade de melhorar a sua liquidez. Vale destacar que no processo de desdobramento das ações, não houve redução do valor da Companhia, somente a multiplicação da quantidade de ações, mantendo-se os mesmos percentuais de participação.

O quadro acionário, após o desdobramento, ficou da seguinte forma:

Acionista	Qtde de ações ordinárias	Qtde atual de ações ordinárias após split	Qtde de ações preferenciais	Qtde atual de ações preferenciais após Split	Participação no capital total (%)
Guarupart	129.203.332	387.609.996	5.463.668	16.391.004	82,16%
FI-FGTS	9.747.668	29.243.004	19.495.332	58.485.996	17,84%
Total	**138.951.000**	**416.853.000**	**24.959.000**	**74.877.000**	**100,00%**

No dia 23 de abril de 2013, data da abertura de capital da Alupar Investmento S.A., a nova composição acionária da Companhia passa a ser:

Acionista	Ações Ordinárias	(%)	Ações Preferenciais	(%)	Total	(%)
Guarupart	387.609.996	84,04%	16.391.004	10,02%	404.001.000	64,65%
FI-FGTS	29.243.004	6,34%	58.485.996	35,74%	87.729.000	14,04%
Outros	44.390.600	9,62%	88.781.200	54,25%	133.171.800	21,30%
Total	**461.243.600**	**100%**	**163.658.200**	**100%**	**624.901.800**	**100%**

A partir de 24 de abril de 2013, a ALUPAR passou a ter Units negociadas na BM&F BOVESPA no Nível 2 de governança corporativa. O código do ativo é ALUP11.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

(f) Em 16 de abril de 2013, o Fundo integralizou recursos no montante de R$ 30.308 na Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A..

(g) Em 26 de fevereiro de 2013 foi realizada Assembleia Geral de Cotistas do Caixa Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia ("FIP Amazônia) e foi deliberada nova chamada de capital para subscrição e integralização de cotas, no montante de R$ 46.000, para atender a chamada de capital da investida Madeira Energia S.A. – MESA. O outro cotista do FIP Amazônia subscreveu e integralizou integralmente os recursos. Em 15 de março de 2013 foi firmado "Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Cotas" entre o FI-FGTS e aquele cotista. Em 22 de abril de 2013 o FI-FGTS exerceu a opção de compra e foi efetivada a transferência de 26.978.013,52 cotas do FIP Amazônia daquele cotista para o cotista FI-FGTS pelo montante de R$ 22.954.

Castoamor Simões
Contador CRC-1SP 193.672/O-5

Marcos Roberto Vasconcelos
Vice Presidente

* * *

Anexo II - Indicadores Econômicos e Sociais

QUADRO COMPARATIVO - INDICADORES - FI-FGTS

ENERGIA - Geração [1]

Energia	(MW)			(MW)			(MW)		(MW)
	31/12/2012	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	30/06/2012	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	31/12/2011	% Variação (Semestral)	30/06/2011
Total (FI-FGTS)	24.785	0,64%	1,26%	24.627	0,61%	8,21%	24.478	7,55%	22.758
Total Brasil	123.550	0,00%	3,66%	123.550	3,66%	9,02%	119.184	5,17%	113.327
Participação FI-FGTS no Setor	20,06%	0,64%	-2,32%	19,93%	-2,95%	-0,74%	20,54%	2,27%	20,08%

ENERGIA LIMPA - Geração [2]

Energia	(MW)			(MW)			(MW)		(MW)
	31/12/2012	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	30/06/2012	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	31/12/2011	% Variação (Semestral)	30/06/2011
Total (FI-FGTS)	22.888	0,70%	1,36%	22.729	0,66%	7,61%	22.581	6,90%	21.123
Total Brasil	125.602	1,66%	5,38%	123.550	3,66%	9,02%	119.184	5,17%	113.327
Participação FI-FGTS no Setor	18,22%	-0,95%	-3,82%	18,40%	-2,90%	-1,30%	18,95%	1,65%	18,64%

ENERGIA - Distribuição [3]

Energia	(Nº de ligações)			(Nº de ligações)			(Nº de ligações)		(Nº de ligações)
	31/12/2012	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	30/06/2012	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	31/12/2011	% Variação (Semestral)	30/06/2011
Total (FI-FGTS)	5.468.341	1,55%	2,83%	5.384.806	1,26%	2,88%	5.317.800	1,60%	5.234.260
Total Brasil	59.354.613	0,00%	3,09%	59.354.613	3,09%	3,09%	57.576.838	0,00%	57.576.838
Participação FI-FGTS no Setor	9,21%	1,55%	-0,25%	9,07%	-1,77%	-0,21%	9,24%	1,60%	9,09%

ENERGIA - Transmissão [4]

Energia	(Km)			(Km)			(Km)		(Km)
	31/12/2012	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	30/06/2012	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	31/12/2011	% Variação (Semestral)	30/06/2011
Total (FI-FGTS)	**3.617**	3,05%	29,41%	**3.510**	25,58%	72,65%	**2.795**	37,48%	**2.033**
Total Brasil	95.819	0,00%	0,00%	95.819	0,00%	2,71%	95.819	2,71%	93.295
Participação FI-FGTS no Setor	**3,77%**	**3,05%**	**29,41%**	**3,66%**	**25,58%**	**68,10%**	**2,92%**	**33,86%**	**2,18%**

FERROVIA [5]

Ferrovia	(TKU)			(TKU)			(TKU)		(TKU)
	31/12/2012	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	30/06/2012	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	31/12/2011	% Variação (Semestral)	30/06/2011
Total (FI-FGTS)	**102.944.691.649**	-0,27%	0,69%	**103.218.858.914**	0,95%	106,71%	**102.242.614.607**	104,76%	**49.933.167.226**
Total Brasil	290.500.000.000	0,00%	4,35%	290.500.000.000	4,35%	3,79%	278.400.000.000	-0,54%	279.900.000.000
Participação FI-FGTS no Setor	**35,44%**	**-0,27%**	**-3,51%**	**35,53%**	**-3,25%**	**99,17%**	**36,73%**	**105,86%**	**17,84%**

RODOVIA [6]

Rodovia	(Km)			(Km)			(Km)		(Km)
	31/12/2012	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	30/06/2012	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	31/12/2011	% Variação (Semestral)	30/06/2011
Total (FI-FGTS)	**1.855**	6,01%	42,93%	**1.750**	34,82%	13,89%	**1.298**	-15,52%	**1.537**
Total Brasil	95.707	3,19%	3,19%	92.747	0,00%	1,98%	92.747	1,98%	90.945
Participação FI-FGTS	**1,94%**	2,73%	38,51%	**1,89%**	34,82%	11,68%	**1,40%**	-17,16%	**1,69%**
Total de Rodovia sob Concessões	15.392	0,12%	0,12%	15.374	0,00%	5,65%	15.374	5,65%	14.552
Participação FI-FGTS no Setor	**12,05%**	**5,89%**	**42,76%**	**11,38%**	**34,82%**	**7,81%**	**8,44%**	**-20,04%**	**10,56%**

SANEAMENTO [7]

Saneamento (Nº de domicílios atendidos)

	31/12/2012	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	30/06/2012	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	31/12/2011	% Variação (Semestral)	30/06/2011
FI-FGTS									
Água	573.845	-7,65%	7,00%	621.396	15,86%	220,12%	536.313	176,28%	194.116
Esgoto	986.977	6,62%	55,46%	925.712	45,81%	-9,77%	634.884	-38,12%	1.025.962
Total (FI-FGTS)	**1.560.822**	0,89%	33,27%	**1.547.108**	32,10%	26,80%	**1.171.197**	-4,01%	**1.220.078**
Total Brasil	**85.505.000**	0,00%	6,58%	**85.505.000**	6,58%	6,58%	**80.226.000**	0,00%	**80.226.000**
Água	51.844.000	0,00%	4,83%	51.844.000	4,83%	4,83%	49.455.000	0,00%	49.455.000
Esgoto	33.661.000	0,00%	9,39%	33.661.000	9,39%	9,39%	30.771.000	0,00%	30.771.000
Participação FI-FGTS no Setor	**1,83%**	**0,89%**	**25,04%**	**1,81%**	**23,94%**	**18,98%**	**1,46%**	**-4,01%**	**1,52%**
Água	1,11%	-7,65%	2,07%	1,20%	10,53%	205,36%	1,08%	176,28%	0,39%
Esgoto	2,93%	6,62%	42,11%	2,75%	33,29%	-17,52%	2,06%	-38,12%	3,33%

PORTOS [8]

Portos	(Ton)			(Ton)			(Ton)		(Ton)
	31/12/2012	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	30/06/2012	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	31/12/2011	% Variação (Semestral)	30/06/2011
Total (FI-FGTS)	**18.580.000**	0,00%	0,98%	**18.580.000**	0,98%	5,57%	**18.400.000**	4,55%	**17.600.000**
Total Brasil	886.055.280	0,00%	6,26%	886.055.280	6,26%	6,26%	833.882.799	0,00%	833.882.799
Participação FI-FGTS no Setor	**2,10%**	**0,00%**	**-4,97%**	**2,10%**	**-4,97%**	**-0,65%**	**2,21%**	**4,55%**	**2,11%**

EMPREGOS[9]

Empregos

	31/12/2012	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	30/06/2012	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	31/12/2011	% Variação (Semestral)	30/06/2011
Total	428.113	17,96%	27,86%	362.919	8,39%	11,31%	334.821	2,69%	326.036

Notas Explicativas

1 - Energia - Geração: Capacidade Instalada Medida em Megawatt (MW)

2 - Energia Limpa - Geração: Potência Gerada Medida em Megawatt (MW). Consideramos como Energia Limpa: Hidrelétrica, Eólica, Solar, Termelétrica de Biomassa e Termelétrica a Gás Natural.

3 - Energia - Distribuição: Medida em número de ligações (Unidades consumidoras). O último relatório de medição nacional foi apurado em 2010. Houve um ajuste no total do FI-FGTS devido a inclusão de dados de investimentos da EEVP.

4 - Energia - Transmissão: Medida a extensão das linhas por quilometragem. Parte dos recursos investidos pelo FI-FGTS na CEEE foram alocados em subestações de transmissão. Neste caso, a medida utilizada é MVAR que não é conversível para extensão em quilometros. O último relatório de medição nacional foi feito em 2010.

5 - Ferrovias: Medida a produção ferroviária em TKU (toneladas por quilometro útil). A capacidade de carga na Ferrovia dos Carajás (CVRD) foi medido em MTPA (milhões de toneladas por ano), que não é conversível para TKU. Os dados do informe de junho de 2011 consideraram o acumulado dos últimos seis meses. No entanto, como os dados nacionais se referem ao acumulado de 12 meses, no informe de junho de 2012 os dados foram ajustados considerando os últimos 12 meses.

6 - Rodovia: Medida a malha rodoviária pavimentada em quilometros.

7 - Saneamento: Medição do número de domícilios atendidos. No indicador de junho de 2011 foram utilizados dados projetados de esgotamento sanitário, que foram ajustados nos períodos posteriores o que explica a sua involução. No indicador de dezembro de 2012 houve o ajuste dos dados da FOZ com relação ao projeto da SANEATINS, no caso, para este indicador, desconsideramos o número de ligações de projeto implementado por outra companhia onde a SANEATINS apenas prestou serviços operacionais que não utilizaram recursos do FI-FGTS.

8 - Portos: Medição da capacidade de movimentação geral de cargas nos portos e terminais brasileiros em toneladas.

9 - Empregos: Os valores expressos foram informados pelas companhias investidas.

10 - Logística: Os recursos investidos na CONEPAR, MDCPAR e Logbras se referem a estrutura complementar aos indicadores acima. Não foram criados dados nacionais para comparativo.

11- Hidrovias: Os recursos foram investidos na Eldorado. Não foi criado indicador para comparativo.

Fontes do Total Brasil:

Energia - Geração: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
Energia - Distribuição: Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE
Energia - Transmissão: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
Ferrovia: Associação Nacional dos Transportes Ferroviários - ANTF
Portos: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ
Rodovia: Confederação Nacional do Transporte - CNT
Saneamento: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Anexo III - Resolução CCFGTS nº 721 de 02 de julho de 2013

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

RESOLUÇÃO Nº 721, DE 2 DE JULHO DE 2013

Aprova o Relatório de Gestão do FI-FGTS, referente ao exercício de 2012, a ser apresentado ao TCU a título de prestação de contas anual.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IV e XIII do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o inciso IV do art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, e

Considerando que foi apresentada pela PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes ressalva referente ao valor contábil de ações de uma das empresas investidas; e

Considerando que a PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes considerou que, exceto pelos possíveis efeitos decorrentes da dificuldade de confirmar o saldo do referido ativo, as Demonstrações Financeiras do FI-FGTS apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho de suas operações do exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis ao FI-FGTS,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Relatório de Gestão do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), referente ao exercício 2012, a ser apresentado ao Tribunal de Contas da União (TCU) a título de prestação de contas anual, nele inclusas as Demonstrações Financeiras do FI-FGTS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º O Grupo de Apoio Permanente (GAP) deverá acompanhar o cumprimento das recomendações ou determinações que vierem a ser efetuadas pela Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (SFC/CGU) e pelo TCU, devendo, para isso, designar grupo de trabalho específico.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS
Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Presidente do Conselho Curador do FGTS